



Universidades Lusíada

Moura, Andreia Alexandra Antunes de, 1990-

Famílias numerosas e não numerosas : estilos parentais e suporte social

<http://hdl.handle.net/11067/4734>

Metadados

Data de Publicação

2019

Resumo

A parentalidade ao longo dos tempos tende a modificar-se de acordo com os pais, o número de filhos, a idade e as características individuais destes últimos. Desta forma, as famílias possuem diferentes necessidades e requerem respostas diferenciadas (Alarcão, 2006; Relvas, 2006). Este estudo tem por objetivo compreender e caracterizar as famílias numerosas e não numerosas e aprofundar o estudo dos estilos parentais e do suporte social em ambos tipos de famílias. Neste sentido, a presente investi...

Parenting over time tends to change according to the parents, the number of children, their age and the individual characteristics of parents. This way we can say that families have different needs and require different answers (Alarcão, 2006; Relvas, 2006). This study aims to understand and characterize numerous and non-numerous families and to deepen the study of parenting styles and social support in both types of families. In this sense, this research aims to analyze the relationship of par...

Palavras Chave

Famílias, Dimensão da família, Parentalidade

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULL-IPCE] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T06:28:46Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Mestrado em Psicologia Clínica

**Famílias numerosas e não numerosas:
estilos parentais e suporte social**

Realizado por:
Andreia Alexandra Antunes de Moura

Orientado por:
Prof.^a Doutora Tânia Gaspar Sintra dos Santos

Constituição do Júri:

Presidente: Prof.^a Doutora Mayra Armani Delalibera
Orientadora: Prof.^a Doutora Tânia Gaspar Sintra dos Santos
Arguente: Prof. Doutor António Martins Fernandes Rebelo

Dissertação aprovada em: 11 de novembro de 2019

Lisboa

2019



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

INSTITUTO DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Famílias numerosas e não numerosas: estilos parentais e suporte social

Andreia Alexandra Antunes de Moura

Lisboa

agosto 2019



U N I V E R S I D A D E L U S Í A D A

INSTITUTO DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**Famílias numerosas e não numerosas: estilos
parentais e suporte social**

Andreia Alexandra Antunes de Moura

Lisboa

agosto 2019

Andreia Alexandra Antunes de Moura

Famílias numerosas e não numerosas: estilos parentais e suporte social

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof.^a Doutora Tânia Gaspar Sintra dos Santos

Lisboa

agosto 2019

Ficha Técnica

Autora Andreia Alexandra Antunes de Moura
Orientadora Prof.^a Doutora Tânia Gaspar Sintra dos Santos
Título Famílias numerosas e não numerosas: estilos parentais e suporte social
Local Lisboa
Ano 2019

Mediateca da Universidade Lusíada - Catalogação na Publicação

MOURA, Andreia Alexandra Antunes de, 1990-

Famílias numerosas e não numerosas : estilos parentais e suporte social / Andreia Alexandra Antunes de Moura ; orientado por Tânia Gaspar Sintra dos Santos. - Lisboa : [s.n.], 2019. - Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada.

I - GASPAR, Tânia, 1977-

LCSH

1. Famílias
2. Dimensão da família
3. Parentalidade
4. Universidade Lusíada. Instituto de Psicologia e Ciências da Educação - Teses
5. Teses - Portugal - Lisboa

1. Families

2. Family size
3. Parenthood
4. Universidade Lusíada. Instituto de Psicologia e Ciências da Educação - Dissertations
5. Dissertations, Academic - Portugal - Lisbon

LCC

1. HQ755.8.M68 2019

Agradecimentos

No decorrer do percurso acadêmico, diversas pessoas me apoiaram e incentivaram a seguir carreira em psicologia clínica. Por não conseguir agradecer a todas estas pessoas individualmente, mencionarei algumas das que me encorajaram ao longo destes anos.

Agradecer aos meus pais pelo esforço que fizeram. Assim como, o apoio da minha irmã e dos meus avós. Aos restantes familiares e amigos, pelo incentivo e pela compreensão recebidos.

A todos os professores quer da licenciatura quer do mestrado em psicologia clínica. Com quem me cruzei ao longo da licenciatura e do mestrado, pelo auxílio prestado, pela partilha e transmissão de conhecimentos e experiências fundamentais para a formação enquanto aluna e para o futuro enquanto profissional.

Agradecer ainda, a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para este período essencial do percurso acadêmico.

Resumo

A parentalidade ao longo dos tempos tende a modificar-se de acordo com os pais, o número de filhos, a idade e as características individuais destes últimos. Desta forma, as famílias possuem diferentes necessidades e requerem respostas diferenciadas (Alarcão, 2006; Relvas, 2006).

Este estudo tem por objetivo compreender e caracterizar as famílias numerosas e não numerosas e aprofundar o estudo dos estilos parentais e do suporte social em ambos tipos de famílias. Neste sentido, a presente investigação tem como finalidade analisar a relação dos estilos parentais e do tipo de famílias, numerosa e não numerosa e ainda, a relação do suporte social, estilos parentais e o tipo de família.

Para a realização desta investigação e recolha de dados, foi considerada uma amostra por conveniência, que incluiu 1758 pais, com filhos com idades entre os 6 e os 16 anos. Dos inquiridos 77,3% eram do género feminino (n=1359), 22,7% do género masculino (n=398), com idades entre os 20 e os 80 anos (M=41,61) (DP=5,71), 13,5% de famílias numerosas (n=189) e 86,5% de famílias não numerosas (n=1215). Foi utilizado um questionário sociodemográfico, para avaliar os estilos parentais foi utilizada a escala EMBU-P (Castro, Pablo, Gómez, Arrindell, & Toro, 1997; adaptada por Canavarro & Pereira, 2007) e para medir o suporte social foi utilizada a Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS) (Ribeiro, 1999).

Os resultados demonstraram que não existem diferenças significativas relativamente aos estilos parentais, quer em famílias numerosas quer em famílias não numerosas. Verificando-se uma tendência para a média em ambos os tipos de famílias. Contudo, foi possível verificar que existe uma tendência para as famílias numerosas terem um maior suporte social.

Com este projeto de investigação, pretendeu-se contribuir para o desenvolvimento científico e colaborar para futuras investigações que possam ser aplicadas na prática clínica. De forma a explorar e a compreender os padrões de funcionamento familiar.

Palavras-chave: Famílias Numerosas; Famílias não Numerosas; Estilos Parentais; Suporte Social; EMBU-P; ESSS.

Abstract

Parenting over time tends to change according to the parents, the number of children, their age and the individual characteristics of parents. This way we can say that families have different needs and require different answers (Alarcão, 2006; Relvas, 2006).

This study aims to understand and characterize numerous and non-numerous families and to deepen the study of parenting styles and social support in both types of families. In this sense, this research aims to analyze the relationship of parenting styles and family type, numerous and non-numerous and also the relationship of social support, parenting styles and family type.

For this research and data collection, a convenience sample was considered, which included 1758 parents, with children aged between 6 and 16 years.

Of the respondents 77.3% were female ($n = 1359$), 22.7% male ($n = 398$), aged between 20 and 80 years ($M = 41.61$) ($SD = 5.71$), 13.5% of large families ($n = 189$) and 86.5% of non-large families ($n = 1215$). A sociodemographic questionnaire was used to assess parenting styles using the EMBU-P scale (Castro, Pablo, Gómez, Arrindell, & Toro, 1997; adapted by Canavarro & Pereira, 2007) and to measure social support was used the Satisfaction Scale with the Social Support (SSSS) (Ribeiro, 1999).

The results demonstrated that there are no significant differences in parenting styles in either numerous or non-numerous families. There is a tendency towards the average in both types of families. However, it was found that there is a pattern for numerous families to have greater social support.

This research project is intended to contribute to scientific development and collaborate for future investigations that may be applied in clinical practice. In order to explore and understand family functioning patterns.

Keywords: Numerous Families; Non-numerous Families; Parenting Styles; Social Support; EMBU-P; ESSS.

Lista de Tabelas

Tabela 1 - <i>Caracterização da amostra</i>	53
Tabela 2 - <i>Distribuição das dimensões do EMBU-P</i>	54
Tabela 3 - <i>Distribuição das dimensões da ESSS</i>	55
Tabela 4 - <i>Correlações entre as variáveis da percepção do estilo parental e o suporte social</i>	55
Tabela 5 - <i>Análise descritiva em ambos os tipos de famílias</i>	57
Tabela 6 - <i>Análise descritiva do EMBU-P</i>	58
Tabela 7 - <i>Análise descritiva da ESSS</i>	59
Tabela 8 - <i>Regressão linear das variáveis explicativas como preditoras do suporte emocional para famílias não numerosas</i>	60
Tabela 9 - <i>Regressão linear das variáveis explicativas como preditoras do suporte emocional para famílias numerosas</i>	61

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

- B - Coeficiente não padronizado
- Beta - Coeficiente de regressão padronizada
- DP - Desvio padrão
- EMBU-P - Escala Egna Minnen Bertraffande Uppfostan – Parents version
- ESSS - Escala de Satisfação com o Suporte Social
- M - Média
- n - Número total de casos
- Sig. - Nível de significância
- SPSS - Statistical Package for Social Sciences
- t - Teste t

Índice

Agradecimentos	VI
Resumo	VIII
Abstract.....	XI
Lista de Tabelas	XIV
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	XVI
Índice	XVIII
Introdução.....	1
Enquadramento Teórico	6
Família	6
Teoria da Vinculação	9
Estilos Parentais	17
Estrutura Familiar	24
Famílias numerosas	26
Famílias não numerosas	29
Fratrã	31
Suporte Social	34
Objetivo	43
Método.....	45
Participantes.....	45
Instrumentos.....	46
Questionário Sociodemográfico.....	47
EMBU - P.....	48
Satisfação com o Suporte Social – ESSS	49
Procedimento	50
Resultados.....	53
Discussão.....	63
Conclusão	69
Referências Bibliográficas.....	73
Anexos.....	92
Lista de Anexos	94
Anexo A.....	96
Anexo B	100
Anexo C	104
Anexo D.....	112
Anexo E	118

Introdução

Um dos acontecimentos de vida importantes que marca a transição para uma nova fase da organização familiar é o nascimento do primeiro filho. Constituindo a parentalidade uma das etapas mais significativas do ciclo vital de uma família. O nascimento de um filho vem acrescer novos papéis na vida do casal, o que implica mudanças e exige adaptações (Relvas, 2000). O conceito de família ao longo dos tempos tem vindo a sofrer alterações histórica e culturalmente, não tendo uma definição precisa para todas as épocas e culturas. Podendo encontrar-se diferenças na sua definição, nas suas funções e nos seus papéis, que se encontram relacionados enquanto um todo, mas também individualmente a cada elemento que dela faz parte (Slepoj, 2000).

Da família fazem parte indivíduos de diferentes gerações, que de acordo com o seu nível de desenvolvimento e das suas características, interagem entre si influenciando-se reciprocamente (Cruz, 2005). Estas mesmas interações por sua vez, permitem entre duas ou mais gerações, criar dinâmicas parentais no sentido bi-direccional da relação. Abrangendo diversos contextos, como: o educacional, o económico, o político e o social. Que por sua vez, se encontram associados à cultura e à história da sociedade da qual a família faz parte. Desta forma, é gerada uma teia de relações complexas e dinâmicas, com influências recíprocas inter-geracionais, na relação que se desenvolve entre pais e filhos (Relvas & Alarcão, 2002). Verificando-se a tendência para a parentalidade sofrer transformações ao longo do tempo, de acordo com cada família, das tarefas propostas pelos pais, do número de filhos, da idade, das características individuais dos mesmos e ainda, das diversas necessidades de cada filho, no sentido de criar respostas diferenciadas (Relvas, 2006).

Como sistema a família pode ser entendida como uma organização formada por diferentes subsistemas, entre eles: o conjugal, o parental, o filial e o fraternal. Sendo este último criado com o aparecimento do segundo filho, biológico ou adotado (Ducharne & Guimarães, 2012) que compõem o subsistema fraternal (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007). A relação que se desenvolve é classificada como uma das mais duradouras na vida do indivíduo. Com uma função essencial no desenvolvimento de competências, entre as quais se encontram: a partilha, a capacidade de negociação e de gestão de conflitos. Estas competências são vistas como competências cruciais na exploração de contextos extra-famíliares, como é o caso do contexto escolar e do trabalho (Eckstein, Serek & Noack, 2018).

A qualidade da vinculação encontra-se relacionada com uma melhor adaptação em diferentes áreas, por parte das crianças e ao longo da sua infância. Podendo mesmo verificar-se que crianças com vinculação segura interagem com os pais de forma mais positiva, desenvolvem relações com os pares de maior qualidade e possuem maior capacidade em regular as suas próprias emoções. Para além do já referido, a qualidade da vinculação encontra-se também relacionada com o desenvolvimento de características de personalidade e de auto-conceito (Thompson, 2008). Neste sentido, esta relação é fundamental não só para a sobrevivência, como também é um pré-requisito para as relações humanas e para a segurança psicológica (Soares, 2007).

As relações entre pais e filhos são caracterizadas pela necessidade de cuidar, de educar e proporcionar o desenvolvimento dos mesmos. Originando um conjunto de comportamentos, denominados de práticas parentais, práticas educativas, práticas de cuidados e cuidados parentais. Segundo os estudos, estes indicam que as competências sociais das crianças são influenciadas pelos estilos parentais utilizados. Assim, como

primeiro contexto de socialização, as famílias possuem um papel essencial no comportamento e desenvolvimento das mesmas (Parke & Buriel, 2006). Por sua vez, também as relações precoces têm sido reconhecidas como indispensáveis para o desenvolvimento da criança (Bornstein, 2006), sendo a qualidade dos cuidados parentais indicada frequentemente, como a variável mais importante para o desenvolvimento infantil (Sroufe, 2002). Referir ainda, que o tempo entre a primeira infância e a adolescência é essencial para o desenvolvimento global da criança. Pelo que o estudo da vinculação nesta idade é fundamental para compreender a sua futura evolução.

Relativamente ao tipo de família, as famílias numerosas são consideradas todas aquelas que sejam constituídas por cinco ou mais elementos, formadas por um casal com três ou mais filhos, da mesma relação ou de relacionamentos distintos e que residam no agregado familiar com as figuras parentais. Contrariamente, as famílias não-numerosas são constituídas simplesmente por um casal com um ou dois filhos (APFN, 2019).

A rede social é compreendida como uma dimensão de apoio social, constituída por membros que podem incluir a família, os amigos próximos, os vizinhos, os colegas de trabalho, os membros da comunidade ou profissionais. Podendo o apoio social ser proveniente de redes de apoio formal e redes de apoio informal. A primeira inclui profissionais, como: os educadores de infância, os terapeutas, os psicólogos, os assistentes sociais e ainda, as instituições: de saúde, de educação e a segurança social. A segunda abrange: os amigos, a família, os vizinhos e os grupos sociais como as associações e organização comunitárias. Contudo, quando os indivíduos sentem a

necessidade de apoio, na generalidade recorrem a membros da família, aos amigos e aos vizinhos para solicitar conselhos (Serrano, 2007).

O presente trabalho pretende explorar duas variáveis associadas à parentalidade e que serão abordadas ao longo do enquadramento teórico. Sendo elas os estilos parentais e o suporte social. Ao longo deste trabalho são abordados diversos temas, dos quais: a família, a teoria da vinculação, os diferentes estilos parentais, a estrutura familiar e ainda, o suporte social.

Após a realização da pesquisa bibliográfica para a concretização deste trabalho, verificou-se que os estudos que abordam a relação entre o suporte social e os estilos parentais são limitados. Neste sentido, considerou-se pertinente o estudo destas duas variáveis. Neste estudo exploratório pretende compreender a relação entre os estilos parentais e o suporte social e desta forma, contribuir para um maior conhecimento dos padrões de funcionamento familiar.

O presente estudo está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo encontra-se o enquadramento teórico, onde será contextualizado o tema a abordar, com conceitos pertinentes ao tema, acima mencionados. Dos quais fazem parte o estudo das variáveis parentais (estilos parentais), o suporte social e as famílias numerosas e famílias não numerosas. No segundo capítulo é apresentada a metodologia de carácter exploratório, a descrição dos objetivos, os instrumentos utilizados para a recolha de dados, os procedimentos e os participantes. No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos. O quarto capítulo diz respeito à discussão. Por fim, no quinto capítulo serão referidas as principais conclusões retiradas, com a realização deste estudo e orientações futuras para possíveis investigações neste domínio.

Enquadramento Teórico

Ao longo do enquadramento teórico serão abordados alguns conceitos que se encontram relacionados com o estudo proposto. Inicialmente será abordado o conceito de família, de seguida a teoria da vinculação, posteriormente os estilos parentais, aos quais se seguem a sua estrutura familiar e o suporte social.

Família

Na tentativa de definir o conceito família, verifica-se que este conceito não é estático e que tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos, por ser um conceito diversificado. Devido a esta dificuldade de limitar o conceito, a corrente sistémica fornece uma visão adequada para a avaliação e intervenção. Segundo esta corrente, a definição de família inclui: um sistema, num todo, caracterizado por estar em constante transformação e atividade, com capacidade de autorregulação, aberto à interação com outros subsistemas e organizado numa hierarquia sistémica. Por se tratar de uma definição complexa, têm vindo a ser realizados diversos estudos no que se refere à organização, à estrutura e à comunicação das famílias, ou seja, no que diz respeito à abertura ao exterior e às transformações na dinâmica familiar (Relvas, 2006).

Refletir sobre o conceito família, inclui considerar que o comportamento de cada um dos seus elementos é interdependente do comportamento dos outros e que o grupo familiar é visto como um conjunto. Como uma totalidade, cuja particularidade de cada um dos seus elementos não é o suficiente para explicar o comportamento dos restantes, não resultando apenas na soma dos seus elementos individuais (Machado, 2012). Neste sentido, a unidade familiar é um sistema composto por indivíduos que podem também ser considerados sistemas por si só e ao mesmo tempo, uma parte de um sistema, ou seja, formando um subsistema (Cervený, 2000).

A procura da compreensão do indivíduo no contexto familiar, foi desenvolvida após a publicação das investigações iniciadas por Urie Bronfenbrenner (Dessen & Silva Neto, 2000). Este autor (1986), entende que a família é o primeiro microssistema no qual a criança em desenvolvimento, participa e interage através das relações que se criam. Estas interações, no início, acontecem de forma diádica. Como é o exemplo, da relação que se gera entre a mãe e a criança. E, posteriormente, vão-se alargando dentro do grupo familiar, originando vários subsistemas. Entre os quais, a relação entre pai e criança e a relação entre irmãos. Sendo designada de microssistema toda a família com a qual a criança interage de uma forma mais direta. Desta forma, o indivíduo é compreendido como um ser em desenvolvimento, em múltiplos contextos, com influências diretas e indiretas, de cada sistema e da interação entre os mesmos ao longo do tempo. Outro aspeto importante, para o autor, é a forma como se organizam e inter-relacionam os subsistemas familiares, que traduzem a estrutura familiar e na qual as relações devem ser estáveis, recíprocas e com equilíbrio de poder entre os diversos papéis. O microssistema familiar fornece segurança, proteção, afeto, bem-estar e apoio para a criança. Permitindo à mesma vivenciar situações, sentimentos e atividades. Mas ainda assim, garantindo estabilidade e o bem-estar dos seus elementos. Sendo a família considerada um sistema dinâmico, como um espaço de refúgio, que delimita atribuições, regras e lugares e desempenha, também tem um papel fundamental na educação do sujeito. Pois, através do processo de socialização, ocorre a perpetuação e a transmissão de valores éticos, morais, religiosos e culturais, entre outros (Levy & Jonathan, 2010).

A família, enquanto microssistema, abrange estruturas que favorecem o contacto direto não só com a família, mas também com os pares e a escola. Ainda que, os pares

assumam uma grande importância na fase da adolescência, é a família o pilar central de mediação, que abrange todas as etapas do ciclo de vida e conseqüentemente, possibilita as primeiras ligações entre a sociedade e o indivíduo. Segundo a Teoria Geral dos Sistemas (Bronfenbrenner, 1986), a família opera como um todo complexo e integrado, composta por subsistemas (individual, conjugal, parental, fraternal) integrando as suas relações, as suas características e os próprios indivíduos (Alarcão, 2006; Relvas, 2006). Desta forma, em termos de funcionalidade, a família possibilita gerar um sentimento de identidade familiar que proporciona uma adequada individualização e socialização (Salvador & Weber, 2005). Devendo esta ser entendida como um sistema, numa perspectiva holística e como uma unidade indissociável (não podendo ser compreendida de uma forma isolada do resto do sistema).

De acordo com os princípios sistêmicos, os membros de uma família encontram-se relacionados uns com os outros (Relvas, 2006). A relação entre pais e filhos constitui um dos tipos de interação fundamental no sistema familiar, quer para a organização familiar quer para o desenvolvimento individual. Uma vez que, a família e os laços que unem os seus membros, integram elementos fundamentais de suporte e crescimento. Sendo esta um elo de ligação essencial e primário (Cruz, 2013). Pois, é nela que o ser humano aprende e adquire os comportamentos para a sua sobrevivência e os papéis sociais para desempenhar ao longo do seu ciclo vital. Bem como, é através da interação com os pais, no grupo familiar, que a criança aprende padrões de relacionamento, desenvolve características e competências importantes para a convivência em outros ambientes. Desta forma, a família tem um papel fundamental no desenvolvimento psicológico saudável das crianças e dos adolescentes (Ribeiro, 2007). Podendo mesmo

ser considerada como um espaço educativo, formando o núcleo central de individualização e socialização (Slepoj, 2000).

Apesar das possíveis mudanças verificadas na estrutura dos sistemas familiares, estes mantêm-se intactos quanto às suas funções primárias como sendo, o seio próprio para a partilha de sentimentos e afetos, para a socialização e a educação, garantindo a transmissão cultural e genética (Soares & Almeida, 2011). Portanto, se por um lado a família é um fenómeno da natureza humana, por outro, é considerada uma instituição construída socialmente e constituída por um sistema de relações que inclui pessoas ligadas por parentesco e/ou que se sentem pertencentes a um determinado contexto (Gomes & Pereira, 2005). Apesar de estas poderem sofrer modificações, na sua estrutura, de acordo com o contexto histórico e cultural. Assim como, a partir de emoções e de ações pessoais, familiares e culturais. Pensar a família como parte de um contexto material, social e histórico conduz à compreensão de diferentes dinâmicas, papéis multidimensionais e complexos nela desempenhados. Bem como, das funções que lhe são atribuídas e que são por ela exercidas (Dessen, 2010). Assim, pode entender-se que as conceções de família variam intra e entre culturas, em função de contextos sociais diversificados (Dessen & Biasoli-Alves, 2001).

Teoria da Vinculação

A relação de vinculação pode ser definida como o forte laço afetivo, que se estabelece entre a criança e uma ou mais figuras estáveis e únicas. Relações estas que ocorrem entre o sétimo e o oitavo mês, ao longo da sua vida e que são desenvolvidas em contextos de interação, entre a criança e a figura de vinculação. Funcionando como um sistema de controlo comportamental, que regula os comportamentos de proximidade e de exploração do meio. Por outras palavras, significa que a segurança na vinculação

reflete-se na forma como a criança organiza os seus comportamentos, de forma a manter um equilíbrio entre a sua necessidade de proteção e o conforto e a sua necessidade de explorar o ambiente que está ao seu redor. À semelhança da definição anterior, também pode ser entendida como um sistema motivacional ativado, em idades precoces e associado à procura e manutenção de contacto com o cuidador. O que demonstra que a espécie humana desde cedo, tem a capacidade de promover o investimento parental. Sendo a construção desta relação uma das mais importantes tarefas desenvolvimentais dos primeiros meses de vida da criança (Monteiro, Veríssimo, Vaughn, Santos, & Fernandes, 2008).

A teoria da vinculação começou a ser estudada na década de quarenta por John Bowlby (1940, 1944). Tendo este autor se interessado no impacto que as ausências dos cuidados parentais tinham nas crianças e nos jovens institucionalizados. Posteriormente, Bowlby, Robertson e Rosenbluth (1952) documentaram ainda, os efeitos prejudiciais na criança, aquando dos internamentos em ambientes hospitalares, onde se encontravam separados dos seus pais e o quanto estas prestações de serviços ao nível da pediatria, eram inadequadas para o conforto e o desenvolvimento da criança.

Na década de setenta, esta mesma teoria começa a adquirir importância devido à contribuição de uma psicóloga canadiana, Mary Ainsworth. Guedeney (2004), refere que os estudos realizados por Ainsworth e seus colaboradores (1978), permitiram a Bowlby, objetar as investidas contra a formulação da sua teoria da vinculação. Os estudos realizados por esta investigadora focavam-se na observação da interação entre a mãe e o seu bebé, em contexto naturalista e laboratorial. Ainsworth teve um impacto importante na teoria da vinculação, por ter explorado as diferenças individuais nas relações de vinculação, fazendo com que a teoria que fora desenvolvida por Bowlby

fosse prolongada a nível experimental e adquirisse um protagonismo científico a ter em consideração (Guedeney & Guedeney, 2004).

Segundo Rabouam (2004), Ainsworth e os seus colaboradores iniciaram a avaliação da segurança na vinculação com a introdução da Situação Estranha, sendo este um procedimento de avaliação experimental com interesse em relação ao método laboratorial padronizado, articulado simultaneamente com o método longitudinal em contexto naturalista. Afirmando-se assim, com um marco importante no desenvolvimento da teoria. Uma vez que, ao permitiu estudar as diferenças individuais na organização dos comportamentos de vinculação e promoveu a exploração criativa no campo empírico em relação a certas questões que Bowlby havia referido no decurso do seu trabalho (Soares, 2009).

Mais especificamente, a Situação Estranha, trata-se de um procedimento realizado em laboratório e consiste na observação de crianças e das suas respetivas mães. Desta forma, as reações das crianças são registadas numa sequência de oito episódios. As situações registadas são: a entrada num ambiente não familiar; a introdução de uma pessoa estranha; duas breves separações e os reencontros entre a mãe e a criança. Ainsworth e colaboradores (1969) tendo por base as observações efetuadas durante a Situação Estranha, descreveram três tipologias distintas, são elas: a) o grupo inseguro-evitante; b) o grupo seguro; c) e o grupo inseguro-resistente ou ambivalente.

Os estudos conduzidos por Ainsworth e colaboradores foram posteriormente replicados em diferentes países ocidentais, asiáticos e africanos (Miocque, 2004), demonstrando o carácter universal da vinculação ao longo das culturas e validando a teoria da vinculação e a existência de determinantes culturais que contribuem para uma melhor adaptação das crianças ao seu meio ambiente. Pois, Bowlby (1973) destaca

ainda, a importância da qualidade da vinculação ser transmitida pela microcultura familiar ao longo das gerações.

De acordo com Bowlby (1982) e Ainsworth (1989), as crianças encontram-se biologicamente predispostas para utilizarem a figura de vinculação como uma base segura para explorarem o ambiente, pressupondo-se que nesta fase existirá uma monitorização da relação por parte da mãe, permitindo que a criança se sinta livre para explorar (Cassidy, 2000). Contrariamente, numa situação de perigo a figura de vinculação funcionará como um refúgio seguro para o qual a criança retorna, em busca de proteção e conforto. Através do procedimento da Situação Estranha, Ainsworth observou como os bebés usavam a mãe como base segura para explorar o meio e interagir com outras pessoas, regulando assim a ansiedade. Por exemplo, um bebé que tem uma figura disponível e responsiva afasta-se da base segura para explorar e aprender. Contudo, se não receber apoio e proteção para se afastar, manter-se-á junto da base segura (Weinfield, Sroufe, Egeland & Carlson, 2008).

O sistema de vinculação faz parte de um conjunto de sistemas biológicos que são ativados por fatores internos, como fome ou dor, ou fatores externos, como ambientes ou pessoas estranhas (Bretherton, 2005). Quando a criança é exposta a experiências não habituais e que lhe possam causar stress, a Situação Estranha impulsiona o seu comportamento de vinculação. Este procedimento mostra ainda, a capacidade da criança em criar um equilíbrio ao explorar um novo ambiente e ao necessitar de se acalmar junto da figura de vinculação. Por outro lado, a presença de respostas marcadas por inconsistência e negligência, por parte da mãe aos sinais da criança parece estar associada a uma relação de vinculação insegura (Swanson, 2011). À medida que a criança cresce, vai sendo cada vez mais ativa na interação com a figura de vinculação,

de acordo com a expansão do seu repertório comportamental, cognitivo e emocional (Soares, 2001). De uma forma gradual, entre o bebé e a figura prestadora de cuidado, resulta a seleção natural de uma figura de vinculação específica, com quem é estabelecido um vínculo afetivo, único e insubstituível (Zeanah, Berlin & Boris, 2011).

Bowlby defende ainda, que as relações de vinculação precoces funcionam como protótipos das relações da vida adulta, fazendo muitas vezes os padrões observados na infância influenciarem os padrões de organização de vinculação do adulto (Fraley, 2002). Desta forma, a vinculação segura atua como um importante recurso pessoal, mediante a presença de acontecimentos de vida adversos (Bosma & Gerlsma, 2003). Sendo, o impacto da qualidade do contexto relacional um forte preditor da saúde mental futura (Bowlby, 1952) e decisivo na manutenção de um desenvolvimento adaptativo ao longo do tempo (Groh, Roisman, van IJzendoorn, Bakermans-Kranenburg & Fearon, 2012). Alguns estudos empíricos têm estabelecido uma associação positiva entre vinculação segura e sociabilidade; regulação emocional e interações positivas com os pares (Etzion-Carasso & Oppenheim, 2000; Kochanska, 2001; Shields, Ryan & Cicchetti, 2001; Veríssimo, Santos & Fernandes, 2014). Paralelamente, vinculações inseguras durante a infância associam-se positivamente a interações pobres com os pares, raiva e baixo auto-controlo durante o período pré-escolar (Sroufe, Egeland, Carlson e Collins, 2005).

Na década de oitenta, Mary Main, uma aluna de Ainsworth, tornou-se a impulsionadora de um importante estudo na Califórnia. Onde no decurso da investigação, tendo por base a Situação Estranha foi possível observar que algumas das crianças do estudo, não podiam ser classificadas segundo os padrões de vinculação estabelecidos por Ainsworth. Nestes casos, as crianças exibiam elevada perturbação e

comportamentos atípicos, desorientados ou sem aparente coerência. Main e Solomon (1986) consideraram como “não classificáveis” os comportamentos estranhos e perturbados, resultantes dos estudos, cujas amostras eram consideradas de risco em amostras clínicas. Assim sendo, designaram um quarto padrão conhecido como o grupo d) desorganizado/desorientado (Fuertes, 2012).

Foi ainda desenvolvida uma outra investigação em Berkeley por George, Kaplan e Main em 1985, a Adult Attachment Interview. Uma entrevista biográfica que permitiu a identificação dos padrões de organização mental da vinculação em adultos e o estudo da hipótese da transmissão da qualidade da vinculação ao longo das gerações. Que consiste numa entrevista semiestruturada que tem como objetivo avaliar as experiências da vinculação durante a infância, de modo retrospectivo. Este novo instrumento permite a investigação e a avaliação ao nível das representações. É através da análise do discurso, mais do que o conteúdo, que é proporcionada a classificação dos relatos sobre a experiência de vinculação em “autónomos” ou “inseguros” ou então, em representações “desorganizadas”, tal como já acontece na Situação Estranha (Guedeney, 2004). A AAI do ponto de vista psicométrico, demonstra valores aceitáveis quer na fidelidade de resultados, quer na validade discriminante, quer na validade preditiva. Permitindo uma nova dimensão da investigação ao nível das relações interpessoais, na psicopatologia das crianças e adultos e na transmissão intergeracional da vinculação (Faria, Fonseca, Lima, Soares & Klein, 2009).

Quando falamos em vinculação devemos pensar também, nos que são considerados como os preditores da sua qualidade. Desta forma, podemos abordar alguns aspetos como antecedentes da vinculação. Particularmente, características do bebé, características da mãe e ainda, características ambientais. Assumindo uma

perspetiva ecológica da vinculação, Belsky (2005) defende a importância de variáveis do contexto familiar e ambiental, que exercem influência sobre a qualidade da relação de vinculação. Particularmente, a qualidade da relação do casal, a qualidade do apoio social, entre outros. Têm sido igualmente evidenciados fatores que influenciam a organização do sistema comportamental da vinculação, como os acontecimentos de vida causadores de stress (Sroufe, 2005), a quantidade de apoio social fornecido à figura de vinculação, a qualidade da relação de casal, a acumulação de stressores ambientais a que a família está sujeita, o nível sócio-económico, entre outros (Belsky, 2005). Por exemplo, crianças que se encontrem em situações de pobreza tendem a estar expostas a múltiplos riscos, por se encontrarem inseridas em agregados onde a prevalência de baixa escolaridade, de desemprego e a monoparentalidade é acentuada (Torres, Maia, Veríssimo, Fernandes & Silva, 2012). Esta desvantagem social que determina a forma como os indivíduos vivem e as oportunidades a que têm acesso, tende a exacerbar os níveis de conflito interfamiliar com repercussões negativas no desenvolvimento da criança (Blair & Raver, 2010).

Alguns estudos demonstraram a relevância da qualidade da relação de vinculação parental, no desenvolvimento para além da infância (Sampaio, 2006), na sua influência positiva com o processo psicológico de autonomia (Scharf, Mayseless, & Kivenson-Baron, 2004), de maior sentimento de bem-estar (Freitas, 2013) e na promoção de novos relacionamentos (Scharf *et al.*, 2004). Conjuntamente, outros estudos encontraram associações com os vínculos inseguros e problemáticas comportamentais interiorizadas e/ou exteriorizadas (Machado, 2004).

Para Fleming (2005) o afastamento que corre na adolescência, entre os adolescentes em relação aos pais e a progressiva conquista de autonomia, não se traduz

numa desvinculação da família. Mas sim, num período de transição da infância para a adultícia, na reformulação e reestruturação do vínculo familiar. Podendo estes processos serem complementares e interdependentes. Para além disso, a vinculação segura e a ligação emocional com os pais facilitam o aumento da autonomia (Geuzaine, Debry, & Liesens, 2000).

As experiências vividas em contexto familiar influenciam os comportamentos desenvolvidos em eventos sociais futuros. Particularmente, nas interações com os pais e com os irmãos (Fernandes, Alarcão & Raposo, 2007). Deste modo, o contexto familiar revela-se como um fator determinante na formação da personalidade de cada um (Fernandes, 2005). Assim sendo, segundo a perspetiva de Bowlby (2002) as crianças que vivem num ambiente familiar estruturado com pais acessíveis e afetivos, que proporcionam proteção e bem-estar, tendem a desenvolver-se de forma mais confiante. Assim, é no contexto familiar que os indivíduos estabelecem as primeiras relações de proximidade com as figuras mais significativas, através de um processo gradual de desenvolvimento. Fernandes (2002) salienta ainda, que as relações entre irmãos apresentam-se significativamente interligadas com a dinâmica familiar. Particularmente, com as relações entre pais e filhos.

O contexto fraternal é um dos primeiros meios de interação para os irmãos e constitui o meio primordial de aprendizagens afetivo-cognitivas, que possibilitam a diferenciação de si perante o outro. Neste contexto os conflitos assumem-se como um fator relevante para estabelecer esta diferenciação (Fernandes, 2002). As relações fraternas tendem a ser as mais prolongadas e podem revelar-se tanto ou mais importantes como a relação com as figuras parentais. Neste contexto, Fernandes (2005)

refere que as relações criadas entre irmãos aparentam moldar as futuras relações sociais fora do contexto familiar, com os pares, os colegas de trabalho e os cônjuges.

Na área da vinculação e dos estilos parentais, existem alguns estudos que salientam a influência das relações precoces nos resultados desenvolvimentais das crianças. Como é o caso, do nível da adaptação psicológica, social e académica. Por outro lado, ainda é necessário realizar estudos que abordem a ligação entre os estilos parentais e as relações de vinculação. Sendo esta uma lacuna na investigação em parentalidade. Neste sentido, no que se refere às dimensões de controlo (psicológico e comportamental) e ao suporte/afeto (aceitação, disponibilidade emocional, sensibilidade, ligação emocional pai-criança) (Cummings & Cummings, 2002), assim como Baumrind sugere a integração de várias abordagens de investigação em parentalidade. No sentido de compreender as influências da mesma no desenvolvimento da criança.

Estilos Parentais

A parentalidade é considerada como um fator marcante para o desenvolvimento das diversas áreas de funcionamento da criança. Das quais fazem parte um conjunto de ações das figuras parentais, com o objetivo de promover o desenvolvimento da mesma. Utilizando como recursos a família e a comunidade onde se inserem (Cruz, 2005).

Ao longo das últimas décadas, os estilos parentais têm sido alvo de investigação, por se considerar que estes têm influência no desenvolvimento das crianças (Weber, Selig, Bernardi & Salvador, 2006). Incidindo a investigação no sentido de como a adoção de diferentes estilos parentais podem influenciar o desenvolvimento das crianças (Raboteg-Saric, Rijavec & Brajsa-Zganec, 2001). Uma vez que, todos os valores e regras dos padrões educativos, pelos quais os pais se orientam, são relevantes quer na

adaptação, quer na socialização dos filhos ao meio circundante (Pacheco, Silveira & Schneider, 2008).

Na década de sessenta, Diana Baumrind (1966), iniciou as suas observações em crianças em idade pré-escolar com o objetivo de identificar comportamentos (Soares & Almeida, 2011). Segundo os resultados obtidos, estes mostraram que as crianças educadas por diferentes estilos diferiam no grau de competências sociais. Sendo os resultados indicativos de: uma maior assertividade; maior maturidade; conduta independente e empreendedora e responsabilidade social, são aspetos associados ao estilo parental, denominado por Baumrind de autoritativo.

Após estas observações mais estudos se sucederam a abordar a questão dos estilos parentais. Baumrind (1971) na década de setenta, tinha como objetivo analisar não só os aspetos comportamentais, mas também os aspetos afetivos que envolviam a educação das crianças. Esta mesma autora, propôs a existência de três estilos parentais: o autoritativo, o autoritário e o permissivo. Definindo os pais autoritativos como sendo aqueles que: estabelecem regras e padrões de comportamento e reforçam-nas consistentemente; monitorizam a conduta infantil, corrigindo as negativas e premiando as positivas; a responsabilidade e a maturidade são esperadas e reforçadas; a comunicação entre os pais e os filhos é alargada e baseia-se no respeito mútuo, o que favorece a imposição da disciplina de forma indutiva, com a participação da criança e do adolescente; os métodos punitivos raramente são utilizados, quando as regras são violadas; estes pais são afetuosos e oferecem um amplo suporte às necessidades dos filhos; solicitam as suas opiniões, encorajando-os à autonomia e proporcionam oportunidades para o desenvolvimento das suas habilidades; tentam direcionar as atividades das crianças, de uma forma racional e orientada; incentivam ao diálogo;

partilham com a criança o raciocínio; solicitam as suas objeções quando estas não concordam; expõem o ponto de vista do adulto, considerando as preferências da criança; não apoiando as suas decisões em consensos ou na vontade da mesma. Por outro lado, os pais autoritários seriam aqueles que: tendem a enfatizar a obediência e o respeito pela autoridade e pela ordem; impõem altos níveis de exigência; são rígidos no estabelecimento e no cumprimento das regras impostas sem qualquer participação da criança; não estimulam, nem valorizam a autonomia; rejeitam qualquer opinião da criança ou adolescente, esperando que as regras sejam seguidas sem explicações adicionais; utilizam frequentemente a punição física como método educativo-punitivo; moldam, verificam e julgam o comportamento da criança tendo por base regras de conduta determinadas e habitualmente absolutas; a obediência é uma qualidade, sendo utilizados castigos em situação de divergência. Por último, os pais permissivos são aqueles que: exercem pouca autoridade; são excessivamente tolerantes e tendem a satisfazer qualquer pedido que a criança apresente; estabelecem poucas regras e limites aos filhos; não estimulam o desenvolvimento da maturidade e da responsabilidade; a criança necessita de monitorizar sozinha o seu próprio comportamento; possuem uma conduta não-punitiva para com a criança; não delineando ou orientando o comportamento da mesma (Cecconello, Antoni & Koller, 2003).

Apesar do estilo autoritativo ser considerado o estilo mais adaptativo, devido à influência positiva no desenvolvimento psicológico e comportamental das crianças e dos adolescentes, existem ainda fatores externos (culturais) que podem determinar os efeitos dos diferentes estilos parentais. Por exemplo, existem estudos que comprovam que o estilo autoritário pode ser considerado o mais adaptativo em algumas culturas africanas (Steinberg, Blatt-Eisengart & Cauffman, 2006). Contudo, de uma forma geral,

o estilo parental autoritativo favorece o equilíbrio familiar (Cecconello, *et al.*, 2003).

Surgindo assim, algumas críticas, apesar do contributo dos estudos da autora.

Particularmente, no que se refere à homogeneidade da amostra (constituída por famílias brancas de zonas urbanas e de nível socioeconómico médio) e no fato da autora se centrar na dimensão do controlo parental e não tanto na dimensão do afeto.

Posteriormente, na década de oitenta, MacCoby e Martin (1983), a partir dos estudos já realizados de Baumrind (1971), estes autores continuaram a investigação e definiram os estilos parentais em função da exigência e da responsividade. Da primeira fazem parte as atitudes dos pais com base no controlo do comportamento dos filhos, a imposição de limites e de regras. Já a segunda refere-se a atitudes por parte dos pais para com os filhos com base na compreensão, através do apoio emocional e da bidirecionalidade na comunicação, favorecer o desenvolvimento da autonomia e da autoafirmação das crianças.

Segundo estes autores, os estilos parentais que surgem como resultado desta combinação são os mesmos propostos por Baumrind (1971). Porém, com a diferença de que, o estilo permissivo foi dividido em dois estilos: o negligente e o indulgente (Martínez & Navarro, 2008). Assim sendo, pais e mães autoritários são muito exigentes e pouco afetivos; os autoritativos são muito exigentes e simultaneamente, envolvem-se afetivamente com seus filhos; os indulgentes estabelecem pouco controlo e são muito afetivos; e, por último, os negligentes são permissivos e indiferentes, com baixo grau de controlo e afeto para com os filhos. Isto é, os pais autoritativos apresentam altos níveis de exigência e de responsividade e os pais autoritários são caracterizados pela baixa responsividade e alta exigência. O estilo indulgente, pelo ao contrário, resulta da combinação entre alta responsividade e baixa exigência e o estilo negligente, por sua

vez, é caracterizado pela baixa responsividade e exigência. Particularmente, pais indulgentes são excessivamente tolerantes, exercem pouca autoridade e quase não estabelecem regras e limites à criança. Estes são afetivos e comunicativos e tendem a satisfazer qualquer pedido apresentado pela criança. Por outro lado, os pais negligentes não são exigentes nem afetivos, envolvem-se pouco nas tarefas de socialização da criança e não se preocupam em supervisionar o comportamento dos filhos. Neste estilo parental, os pais respondem somente às necessidades básicas da criança, tendendo mantê-la distante. Por outras palavras, enquanto pais indulgentes encontram-se focados nos pedidos de seus filhos, pais negligentes centram-se nos seus próprios interesses (Cecconello *et al.*, 2003).

Para além das investigações realizadas com base nos estilos parentais, também as práticas educativas foram alvo de estudo. Segundos os autores Darling e Steinberg (1993), existem diferenças entre os estilos parentais e as práticas educativas. Os estilos parentais constituem um conjunto de atitudes que favorece um clima emocional em que as práticas se expressam. Podendo o estilo ser então compreendido como o conjunto de determinadas condutas. Desta forma, o estilo e a prática educativa estão normalmente associados. Uma vez que, o conjunto das práticas vai originar o estilo parental (Tornarí, Vandemeulebroecke & Copin, 2001). Também, são denominadas de práticas educativas, as estratégias e técnicas utilizadas pelos pais. No sentido de orientar o comportamento dos seus filhos e que têm como finalidade obter objetivos específicos em determinadas situações. São também denominadas por alguns autores de estratégias educativas ou de socialização. Uma vez que, têm como função transmitir à criança a vontade dos pais de que ela modifique o seu comportamento ou que se comporte de uma determinada forma (Cecconello, *et al.*, 2003).

Se por um lado, as práticas parentais detêm uma interferência direta nos comportamentos e na criança. Por outro, os estilos parentais têm um impacto indireto, por serem percebidos como uma variável contextual, agindo entre as práticas parentais e o desenvolvimento da criança como um mediador (Pacheco *et al.*, 2008). Assim sendo, nas práticas parentais, encontram-se presentes atitudes particulares (estilos parentais). Apresentando-se através dos comportamentos dos pais, estando presente em gestos, na verbalização e na forma de estar dos mesmos. Podendo os pais utilizar diversas estratégias, de acordo com as situações (Reppold, Pacheco, Bardagi & Hutz, 2002). Desta forma, o comportamento parental e as relações de poder que se criam entre pais e filhos influenciam consideravelmente as bases familiares. Particularmente, o desenvolvimento da criança (Morgado, Vale Dias & Paixão, 2013).

Deste modo, foram realizadas investigações com a finalidade de estudar os estilos parentais. Aos quais, foi possível chegar a diversas conclusões: os filhos de pais autoritativos têm sido associados a aspetos positivos, como um melhor uso de estratégias adaptativas (Aunola, Stattin & Nurmi, 2000) e a um maior grau de otimismo (Weber, Viezzer & Brandenburg, 2002).

Os filhos de pais autoritativos são considerados como mais competentes, pois são capazes de explorar a escolha profissional por si próprios, comparativamente com os filhos de pais não autoritativos (Kerka, 2000). Assim como, os filhos de mães autoritativas são mais predispostos a terem em atenção o ponto de vista dos outros e as suas ideias (Knight, Elfenbein, Capozzi, Eason, Bernardo & Ferus, 2000). Contrariamente e de um modo em geral, os filhos de mães autoritárias manifestam comportamento de externalização, podendo passar pela agressão verbal ou física, destruição de objetos e mentira e ainda, comportamentos de internalização, como a

retração social, depressão e ansiedade (Oliveira, Marin, Pires, Frizzo, Ravanello & Rossato, 2002). Já os filhos de pais autoritários, apesar de possuírem um bom desempenho escolar, são pressionados a corresponder às expectativas dos pais no que diz respeito à educação e à escolha profissional (Kerka, 2000). Para além destas, também pesquisas realizadas com base nos estilos autoritativos, autoritários e permissivos, verificaram a tendência de que os filhos de pais permissivos manifestam uma baixa capacidade de auto-regulação, (Patock-Peckham, Cheong, Balhorn & Nagoshi, 2001). Assim como, uma baixa capacidade de reação a conflitos (Miller, DiIorio & Dudley, 2002). Também foi possível concluir, que quando repartidos os pais permissivos em indulgentes e em negligentes, os filhos de pais negligentes obtêm resultados com menor desempenho em todos os domínios. Podendo ter um desenvolvimento não normativo, problemas afetivos e comportamentais (Quintin, 2001), têm dificuldade em desenvolver auto-conhecimento, de diferenciar os seus objetivos profissionais, dos objetivos dos pais (Kerka, 2000) e possuem maior índice de stress (Weber, Biscaia, Pavei & Galvão, 2002).

Não obstante destes resultados, também é importante referir que os estilos parentais influenciam, em diversos aspetos, o desenvolvimento dos filhos. Podendo mesmo determinar o estilo parental que os filhos vão adotar futuramente e que poderão ser transmitidos intergeracionalmente. Segundo uma pesquisa, foi encontrada uma correlação positiva entre o autoritarismo de avós e mães, ou seja, as filhas educadas por mães autoritárias, com os seus próprios filhos tenderam a aplicar o mesmo estilo parental (Oliveira *et al.*, 2002).

Neste estudo exploratório o foco incide nas famílias numerosas e não numerosas, na sua relação com os estilos parentais e com o suporte social.

Estrutura Familiar

Na atualidade a família não é apenas entendida como um grupo social constituído pela união entre uma mulher e um homem e os filhos que derivam dessa mesma relação (Ribeiro, 2007).

Segundo os investigadores muitas das alterações relativas ao conceito de família devem-se às mudanças na sociedade contemporânea, como: o divórcio, as mudanças no papel da mulher, os casais reorganizados, as famílias monoparentais, os casais homossexuais, entres outras práticas que têm vindo a adquirir reconhecimento e espaço no ambiente social e jurídico. Assim sendo, as modificações que ocorrem ao longo do tempo na família, favorecem vários tipos de organização familiar, tais como: as famílias nucleares sem filhos biológicos, as famílias nucleares com filhos biológicos, as famílias monoparentais (quer sejam masculinas ou femininas), as famílias recompostas, as alargadas, as adotivas e as de acolhimento. Podendo estas serem denominadas de diferentes formas. A família nuclear, constituída por dois adultos de sexo diferente e os respetivos filhos biológicos ou adotados; as uniões de facto, trata-se de uma realidade semelhante ao casamento, contudo não implica a existência de contrato escrito; as uniões livres, não sendo muito diferentes das uniões de facto, porém nunca está presente a ideia de formar família com contratos; as famílias recompostas que são constituídas por laços conjugais após o divórcio ou separação onde é frequente a existência de filhos de casamentos ocasionando meios-irmãos; as famílias monoparentais são compostas pela mãe ou pelo pai e os filhos, são famílias resultantes de divórcio, de viuvez ou por opção dos progenitores, mães solteiras, adoção por parte das mulheres ou dos homens sós ou recurso a técnicas de reprodução. Por fim, as famílias homossexuais constituídas

por duas pessoas do mesmo sexo com ou sem filhos. Esta diversidade corresponde a uma multiplicidade de definições do que se pode conceber como família (Relvas, 2000).

Apesar deste conceito abranger significados e relações complexas, é frequentemente utilizado para designar indivíduos que se relacionam entre si num espaço comum e de uma forma mais ou menos constante. Sendo estas, relações de convívio e laços de parentesco que irão ser um pilar central no que se refere a valores de socialização, de entajuda e de solidariedade, necessários para o bom funcionamento da família e dos seus membros (Ribeiro, 2007). Segundo o modelo referido por Parke e Buriel (2006), as figuras parentais são: parceiros de interação; instrutores diretos; prepararam e disponibilizam oportunidades e estimulam a aprendizagem em contextos extra-familiares (Alarcão, 2006). Para além desta responsabilidade, também o bem-estar familiar e a qualidade da relação conjugal são elementos importantes. Uma vez que, os conflitos expõem os elementos da família ao stress. Assim sendo, as influências familiares são determinantes para o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos. Particularmente, a qualidade da interação entre as figuras parentais e a criança, que demonstra ser essencial para o ajustamento psicológico da mesma (Cruz, 2005).

Na sequência do que nos é referido na literatura, podemos verificar que existem duas formas de classificar a dimensão familiar. Uma família numerosa é assim considerada, quando o núcleo familiar é constituído por cinco pessoas (Alencar & Frota, 2003) ou por quatro irmãos. Contudo, apesar desta definição segundo a Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, esta considera que uma família numerosa é composta por cinco ou mais elementos, ou seja, é constituída por um casal com três ou mais filhos, da mesma relação ou de relacionamentos anteriores. Com a ressalva, que estes permaneçam no agregado familiar junto das figuras parentais. Por outro lado, as

famílias não numerosas são as assim classificadas, por serem compostas por apenas um casal com um ou dois filhos (APFN, janeiro 2019).

Neste sentido, investigadores ouviram que decidiram pesquisar a associação entre a empatia e o número de irmãos. Assim como, se era considerado um fator de proteção ou de risco de desenvolvimento o número de irmãos. Após investigações, foi possível concluir que as crianças com vários irmãos, pertencentes a famílias numerosas, podiam encontrar-se em situação de risco quando detinham um baixo estatuto sociocultural. Resultado este que pode ser entendido devido ao facto de existir a necessidade de dividirem os poucos recursos disponíveis pelo elevado número de filhos. Em contrapartida, nestas famílias, o cuidado entre irmãos foi classificado como um importante fator de proteção. Na sua generalidade, as crianças que apresentaram um maior desenvolvimento emocional e social, especialmente empatia, tinham irmãos (Bolsoni, 2000). Contudo, também se torna relevante analisar variáveis estruturais, como o tamanho da família, com a finalidade de avaliar as relações entre as figuras parentais e os seus filhos. Esta variável pode intervir nos padrões de interação entre os membros da família, condicionar recursos parentais ou contribuir para os níveis de stress (Jenkins, Rasbash & O'Conner, 2003).

Famílias numerosas

Segundo a literatura, esta refere que existem diferenças entre as famílias numerosas e as famílias não numerosas. Existindo desigualdades na resolução de problemas, nas adversidades enfrentadas e nos padrões de adaptabilidade. Devido a este facto as investigações no âmbito das famílias numerosas e não numerosas, têm vindo a aumentar ao longo dos anos. Realizando-se estudos relacionados com a parentalidade, a conjugalidade e o ajustamento da criança. Entre eles, foi possível verificar que, as

rotinas diárias das famílias numerosas são mais complexas, devido ao número de membros, à coordenação e adaptabilidade de situações que vão surgindo. Nas famílias numerosas é possível verificar ainda, que ocorrem mudanças com alguma frequência. Ou seja, os seus elementos vivem num ambiente onde sucedem diversos acontecimentos, sentindo a necessidade de se adaptarem aos mesmos. O que pode levar a modificações, quer no grupo, quer individualmente, ao nível da estrutura de poder, da responsabilidade, de papéis e de regras. Revelando que todas estas mudanças, tem o objetivo de potenciar o desenvolvimento dos membros da família. Sendo que, nestas famílias é necessário um elevado sentido de cooperação, com a finalidade de controlar as dinâmicas familiares, preservar o equilíbrio e a ligação emocional. Fundamentais para a relação familiar. Assim sendo, nas famílias numerosas a relevância é dada ao grupo, onde as decisões têm em conta o mesmo ou a família. Uma vez que, os comportamentos de um membro são influenciados pelos restantes (Wagner, Schubert & Schubert, 2001).

Assim sendo, requer a existência de papéis dominantes por parte dos pais ou de irmãos mais velhos, tanto quanto maior for a família, a necessidade de organização, de liderança e de controlo. Podendo, desta forma, nas famílias numerosas a disciplina ser também colocada pelos irmãos mais velhos. Uma vez que, os pais poderão ter dificuldade em dedicar atenção a cada um dos seus filhos. Nas famílias numerosas, o irmão mais velho tende a representar uma segunda figura parental. Pois, os filhos adquirem uma função, atribuída pela posição que ocupam e pela relação que criam com os outros elementos. No que se refere ao bem-estar familiar. Segundo os estudos, as famílias numerosas influenciam o desenvolvimento da personalidade nas crianças de forma positiva. Dado que, o clima familiar que se baseia o tamanho da família, tende a

promover uma segurança emocional face aos obstáculos. Para além de que, crescer com diversos irmãos, promove a aquisição precoce de competências sociais nas crianças, como a partilha e a cooperação. Devido às oportunidades de interação com os vários elementos da família, que previnem o aparecimento de problemas comportamentais e emocionais. Segundo o que nos é referido na literatura, os filhos de famílias numerosas exibem menos comportamentos desadequados, quando as práticas parentais são ajustadas e quando comparados com filhos de famílias não numerosas. Este facto pode justificar-se com base no desenvolvimento das competências sociais e pessoais, referidas anteriormente (Wagner *et al.*, 2001).

Por outro lado, devido à competição pela partilha de atenção e de afeto por parte dos pais, esta pode desencadear problemas quer entre irmão, quer na relação entre pais e filhos (Jenkins *et al.*, 2003). Assim sendo, é importante salientar fatores de proteção que promovem, nos membros das famílias numerosas, um desenvolvimento saudável e equilibrado, permitindo a prevenção de comportamentos desadequados. Como a forte coesão familiar, a capacidade de adaptabilidade, as práticas parentais adequadas e os bons recursos sociais (Taanila, Ebeling, Kotimaa, Moilanen & Jarvelin, 2004).

Assim sendo, o que os estudos nos indicam é que se os fatores de proteção estiverem presentes, a estrutura familiar será favorável na proteção das crianças. No que se refere a possíveis problemas comportamentais que possam surgir. A existência de efeitos negativos, nas famílias numerosas, como as condições de vida e a forma como os seus membros se relacionam, não são pelo tamanho da família em si, como podemos verificar de seguida. No seguimento do que foi referido anteriormente, podem ser enunciados um conjunto de fatores de risco que afetam as condições familiares e que podem potenciar comportamentos indesejáveis. Particularmente, podemos mencionar: a

carência em recursos sociais; as questões económicas; as práticas parentais desadequadas; os comportamentos parentais desviantes e a interação e relação de afeto pobre ou ausente entre os membros da família. Por outro lado, os cuidados físicos sugerem resultar em fatores essenciais para o desenvolvimento e bem-estar das crianças. Como por exemplo: a alimentação, a higiene, as consultas médicas e a educação. Assim como, os cuidados afetivos e de proteção. Depreende-se destes resultados, que a estrutura familiar é uma base segura na proteção das crianças e de possíveis problemas comportamentais que possam manifestar-se, caso os fatores protetores estejam presentes. Assim, os efeitos apresentados às famílias numerosas são devido a condições de vida, em que estas se encontram e devido à forma como os seus membros interagem entre si e não pelo tamanho da família (Wagner *et al.*, 2001).

Neste sentido, poderá colocar-se a questão, se famílias numerosas possuem uma maior satisfação com a vida. Segundo um estudo desenvolvido por Angeles (2010), verificou que o facto de existirem crianças em casa encontra-se positivamente correlacionado com a satisfação com a vida. Contudo, este efeito apenas é verificado em homens e mulheres que se encontram casados, aumentando a partir do terceiro filho.

Famílias não numerosas

No que diz respeito às famílias não numerosas, existem outros aspetos que assentam principalmente no planeamento, entre as quais: o tamanho da família; o espaçamento e o timing dos nascimentos dos filhos; a educação e a carreira profissional futura dos filhos. Nesta tipologia de famílias a parentalidade caracteriza-se por ser intensiva em vez de extensiva (comparativamente com famílias numerosas). Pois, os pais possuem grandes expectativas na carreira profissional dos filhos. Investindo, desta forma na educação e na vida profissional dos mesmos. Contudo, este empenho e a

pressão que os pais exercem nos filhos, pode adquirir um carácter patológico. Uma vez que, a importância é colocada individualmente, permite ao filho ter atenção de uma forma mais individualizada por parte dos pais, o que beneficia o seu desenvolvimento da personalidade. No que se refere ao perfil destas famílias, este caracteriza-se por relações democráticas e de cooperação. Uma vez que, os filhos têm um papel participativo nas questões e decisões debatidas na família, podendo exprimir a sua opinião e partilhar as suas perspetivas com os restantes elementos da família. Desta forma, o estilo parental mais predominante nas famílias não numerosas é o autoritativo. Em que, as práticas parentais estão menos relacionadas ao controlo e ao poder e mais relacionadas com o maior investimento na vertente afetiva e pessoal (Wagner *et al.*, 2001).

Ainda abordando o tema das famílias não numerosas, mas incidindo na temática do filho único. Segundo uma perspetiva do senso comum, esta tende a representar o filho único particularmente pela negativa, como autoritário, solitário e pouco sociável. Contudo, esta não é a única característica que se encontra associada a este tema, encontrando-se também presente o conceito de superproteção parental. A denominada superproteção e a hiperatenção por parte dos pais, num grau elevado, poderão dificultar o processo de separação-individuação dos filhos. Pois toda a atenção dos pais está concentrada no filho, podendo a situação do filho único na família, ser entendida como potencialmente prejudicial para o desenvolvimento da criança. Uma vez que, devido à inexperiência relacional são crianças que, em média, têm menos amigos, são menos populares e sofrem de maior ansiedade social, comparativamente com crianças que têm irmãos. Devido ao facto de não existirem momentos de partilha com irmãos, estes podem ter dificuldades em desenvolver competências sociais. No entanto, para a criança

o nascimento de um irmão pode ser sentido como uma perda do universo maternal ou do universo familiar e vivido como um rival ou um intruso. Fazendo-se este acontecimento acompanhar pelo ciúme e medo, pela inveja, raiva, tristeza e dúvida. Suportando um conjunto de comportamentos reativos ligados à perda da exclusividade e levando a criança a competir com os irmãos de forma a demarcar o seu território psíquico, espaço físico, material e a afirmar a sua própria individuação. Contudo, os conflitos entre irmãos são entendidos como normais e quase sempre temporários, resolúveis e mais frequentes que os conflitos com os pares e até mesmo que com os pais (Fernandes, 2005).

Não obstante do que já foi referido, segundo a autora esta refere ainda que, o filho único terá menores dificuldades na relação com os outros se os pais, apesar de protetores, o inserirem num ambiente socialmente positivo. O que nos demonstra que estas crianças quando recebem um cuidado doseado, por parte dos pais, estão propícias a um desenvolvimento saudável da sua auto-estima. Podendo ter a exclusividade parental um lado positivo para o desenvolvimento da criança, por permitir que esta se sinta segura do amor dos pais, adquirindo uma boa e sólida auto-estima de si mesma, que assegurará a segurança e confiança necessárias para enfrentar o mundo.

Fratrã

Relativamente à relação entre irmãos são vários os fatores que influenciam a sua qualidade. Se por um lado, o ambiente familiar influencia a relação entre irmãos (Hashim & Ahmad, 2016). Por outro, a relação entre irmãos influencia a família e o próprio indivíduo. Como por exemplo, ao nível das suas características de personalidade (Fernandes *et al.*, 2007). Para além destes, também existem outros fatores que influenciam a relação, como as diferenças de idade e as posições na fratria (Riggio,

2000); as diferenças de sexo (Eriksen & Jensen, 2006); o número de irmãos (Riggio, 2006); o bem-estar individual (Conger & Little, 2010) e a interferência dos pais na relação entre os irmãos (Hashim & Ahmad, 2016).

Segundo o que é referido na literatura, as relações fraternas em que se encontram presentes conflitos numa idade precoce, refletem competição pelos pais. Este acontecimento pode ser corroborado pelo facto de estas relações não se apresentarem tão relevantes, como por exemplo a relação conjugal. Ou seja, o receio por uma rutura nas relações fraternas revela-se menor, quando comparado com outras relações sociais. Um outro fator, que se apresenta como pertinente no desencadear de conflitos entre irmãos, encontra-se associado ao tipo de comportamentos diferenciados por parte dos pais para com cada um dos filhos (Fernandes, 2005).

No que se refere às diferenças entre irmãos existem variáveis que se revelam importantes, como é o caso da posição na fratria e o papel desempenhado por cada um na família (Fernandes, 2002, 2005). Para além destes, também o meio tem um papel determinante na diferenciação dos irmãos. Este facto poderá ser justificado pelas divergentes perceções e interpretações que cada um faz dos acontecimentos, associadas a uma diferenciação de cuidados parentais. As relações fraternas como meio primordial de partilha de experiências permitem ainda, que os irmãos se diferenciem no mesmo contexto familiar. No sentido em que, cada um desempenha o seu papel. A autora salienta também, as experiências divergentes vivenciadas pelos irmãos, como os fatores acidentais ou o acaso ou ainda, as relações estabelecidas em contexto extrafamiliar, que aparentam apresentar o seu contributo para as diferenças entre irmãos (Fernandes, 2005).

Uma relação fraterna é ainda, determinada pela diferença de idades entre irmãos. Neste sentido, caso a diferença não seja considerada como díspar, o elemento mais novo tende a perceber o mais velho como um companheiro, em quem pode confiar e com o qual pode desenvolver as suas brincadeiras. Os possíveis afetos negativos, como a raiva e o ciúme, tornam-se menos intensos e transformam-se em cumplicidade (Fernandes, 2002).

Segundo Fernandes (2005), no que se refere à influência do género na relação entre irmãos, existe menor rivalidade entre irmãos de género diferente. Podendo ter como explicação o facto dos irmãos se poderem unir mais ao pai do mesmo género ou do género oposto. Na infância as fratrias do mesmo género revelam comportamentos mais agressivos entre si. Porém, geralmente na fase da adolescência irmãos do mesmo género aparentam partilhar experiências e segredos. Neste contexto os irmãos mais novos tendem a usar os mais velhos como modelos, copiando os seus comportamentos. Devendo-se ao facto de passarem mais tempo na companhia um do outro, o que permite o desenvolvimento de aprendizagens mútuas e do desenvolvimento individual (Fernandes, 2005).

Estas influências apresentam-se como importantes. Uma vez que, permitem a partilha de histórias de vida, estabelecem laços de afetividade, de intimidade, de amizade e de confiança (Barroso, 2008). Os irmãos desempenham funções de cuidadores, de amigos e de figuras de suporte ao longo da vida (Conger, Stocker, & McGuire, 2009). Através da socialização, de comportamentos de ajuda, de atividades cooperativas e do simples companheirismo, os irmãos detêm um papel de influência na vida uns dos outros. Para além destas, as relações fraternas satisfatórias implicam reciprocidade, proximidade de perspetivas, interesses e competências. Estas

particularidades promovem uma melhor compreensão do outro, de si e dos papéis sociais, que se refletem através de comportamentos de imitação e de interesses semelhantes (Silveira, 2002).

Relativamente à vinculação entre irmãos, os irmãos mais velhos surgem como prestadores de cuidados dos irmãos mais novos, particularmente em situações de stress ou de ausência da figura primária de vinculação, podendo tornar-se desta forma numa base segura. A vinculação segura resulta assim, numa relação positiva de confiança, de reciprocidade, de simetria e de cooperação (Kiang & Furman, 2007).

A rede de apoio social e afetiva contribuem como fatores de proteção, dando importância à flexibilidade dos sistemas ecológicos. Assim, existem alguns fatores que influenciam a parentalidade, sendo o suporte social um dos fatores protetores. Onde estes mecanismos de proteção podem ser recursos pessoais ou sociais.

Suporte Social

O conceito de suporte social surge em meados dos anos setenta na literatura em Psicologia. Trata-se de um construto que resulta de diversas fontes e possui variadas dimensões e componentes (Carvalho, Gouveia, Pimentel, Maia & Pereira, 2011).

Abarcando consigo os diversos tipos de apoios que o indivíduo pode obter de outros. O apoio social é, portanto, percebido como informação, auxílio material, atos individuais ou de grupo que resultam em efeitos emocionais e ou comportamentos positivos tanto para quem recebe, como para quem fornece esse apoio. No que se refere às redes de suporte social, estas caracterizam-se por um conjunto de indivíduos com relacionamentos e ligações, que contribuem para o bem-estar de outros em situação de saúde/doença ou dependência. Atuando como um recurso para a adaptação ou resolução

de problemas, fortalecendo estratégias e recursos para lidar com as crises naturais ou acidentais.

A definição deste construto tem sido discutida entre autores e embora possuam pontos em comum, existem algumas particularidades que as diferenciam entre si. Segundo Verdugo, Álvarez-Dardet, Lara, García, García e Hidalgo (2007) o suporte social refere-se a uma dimensão interpessoal, reconhecido como fonte de saúde, ajuda e felicidade para os indivíduos. Assim como, um fator importante face à ansiedade e ao stress. Sendo também entendido como disponibilidade por parte de amigos e membros da família para proporcionarem recursos psicológicos e/ou materiais ao indivíduo. Na mesma linha de pensamento Arslan (2009), define como suporte social e psicológico o que é disponibilizado pelo meio (pares, família e professores). Assim sendo, cada uma das figuras de suporte possui papéis diferenciados: os pares são fundamentais no desenvolvimento pessoal e social através da partilha de ideias; os pais são uma fonte de suporte da personalidade e tomada de decisões dos adolescentes e os professores têm um papel essencial na atitude e no sucesso académicos.

Apesar de não ser consensual a definição de suporte social, destacam-se ainda as definições que referem que se trata de um processo, pelo qual os recursos numa estrutura social, permitem satisfazer as necessidades que a família sente em situações quotidianas e de crise. Podendo ser constituído desde a família mais próxima, passando pelos profissionais de saúde ou a vizinhança. Existindo ainda, um suporte social real e uma perceção do suporte social, que pode ser proporcionado pela família, pelos amigos, pela comunidade ou pelas redes sociais (Valle, Bravo & López, 2010).

Para além das diversas definições, foram ainda identificados três tipos de suporte social. O emocional, o instrumental e o informacional. Mais concretamente, no que se

refere ao suporte emocional este representa a existência de pessoas nas quais se pode confiar, que demonstram preocupação e valorizam o indivíduo, aumentando a sua auto-estima. Tende a ser percebido como expressão de cuidado, apoio e preocupação do outro, baseando-se na disponibilidade para ouvir, conversar e transmitir confiança. Já o suporte instrumental, este abrange todos os tipos de apoio tangível que os outros possam oferecer, como zelar pelos filhos, apoio nas tarefas domésticas, ajuda com medicamentos, apoio financeiro ou facilidade de transporte. Essencialmente, baseia-se no fornecimento de bens e serviços. Por último, o suporte informacional caracteriza-se, por vezes, por abranger o suporte social instrumental, mas também se refere à ajuda que os outros possam oferecer ao fornecer informações, conselhos e orientações. No sentido de ajudar na resolução de problemas ou tomada de decisões (Carvalho *et al.*, 2011; Siqueira, 2008; Helgeson, 2003).

Dentro destes diferentes recursos, podemos caracterizar ainda, o apoio como formal ou informal (Carvalho *et al.*, 2011). Sendo este entendido como formal, quando prestado por profissionais com formação adequada, quer de serviços sociais ou de saúde, como médicos, assistentes sociais, psicólogos ou enfermeiros. Ou considerado como apoio informal, quando este provém de familiares próximos ou distantes, amigos, vizinhos, grupos de ajuda ou sociais, como a igreja.

Segundo Antunes e Fontaine (2005) o suporte social trata-se de um suporte emocional ou prático dado pela família e/ou amigos na forma de afeto, companhia, assistência e informação, que engloba tudo o que faz o indivíduo sentir-se amado, estimado, cuidado, valorizado e seguro. É de salientar ainda, que o suporte social implica feedback, continuidade e conexão e que deve ser fornecido de modo a possibilitar o reconhecimento, por parte do indivíduo que o recebe (Morgan, 2002).

Apesar das características já descritas, a provisão do suporte social pode alterar-se de acordo com o sexo, a relação entre o dador e o recetor, o contexto sociocultural e as características de personalidade do dador, encontrando-se dependente da adaptação de fontes específicas (Loeper, 2003).

No que diz respeito às diferenças no suporte social consoante a idade, destaca-se a particularidade de que no início da infância são os pais os principais prestadores de todos os cuidados básicos. No entanto, com o decorrer da infância as redes sociais vão-se alargando à medida que a criança passa mais tempo fora da família. Desenvolvendo relações sociais com outros adultos e com o grupo de pares. Já na adolescência a influência dos pares aumenta e o apoio transmitido pelos pais é visto como menos positivo do que era anteriormente, criando por vezes relações menos coesas entre os adolescentes e os progenitores (Fuligni, Eccles, Barber, & Clements, 2001). Assim sendo, ainda é importante mencionar que as relações sociais durante a vida vão-se alterando e por isso, o apoio social também. Na adolescência, quem apoia o indivíduo são essencialmente os pares sociais, enquanto que na idade adulta as relações significativas baseiam-se na família e na comunidade, como por exemplo os amigos. (Vaz Serra, 2007).

De acordo com alguns estudos, estes suportam a ligação positiva entre o suporte social percebido e a saúde mental. Demonstrando a importância do suporte social e a relação deste construto com o bem-estar físico e psicológico, com o autoconceito e a auto-estima, com a qualidade de vida e o processo saúde-doença. Ou seja, o suporte social e o bem-estar psicológico e/ou o nível de stresse, encontram-se entre os fatores de redução do impacto causado por eventos stressores (Antunes & Fontaine, 2005).

Num outro estudo, o stresse, as redes de contactos sociais, os comportamentos de suporte e o suporte social percebido, indicaram que este último tinha um efeito de proteção face ao stresse. Consequentemente, os níveis elevados de suporte social percebido conduzem a níveis reduzidos de depressão e estavam associados ao bem-estar psicológico (Loeper, 2003). Segundo Asberg (2005) verificou que o suporte social percebido está relacionado significativamente com uma maior satisfação com a vida. Bem como, segundo Treistman (2004) investigou que o suporte social percebido está positivamente relacionado com a satisfação com a vida em geral. Sendo este um conceito essencial para a compreensão mais abrangente das interações sociais no bem-estar e na saúde. Paralelamente, a satisfação com o suporte social, também aparenta estar relacionada com o relacionamento interpessoal (família, amigos e intimidade), tendo um papel determinante na resistência psicológica ao stress, manifestada através da percepção subjetiva de bem-estar. Neste sentido, os efeitos do suporte social levam a sentimentos de estima e pertença e a uma rede social com direitos e deveres comuns. Demonstrando os efeitos protetores do suporte social em situações promotoras de stress, tais como: o divórcio, o luto, o desemprego e a recuperação de doenças.

Para além dos diversos estudos já referidos, Armstrong, Birnie-Lefcovitch e Ungar (2005), verificaram que o apoio social tem efeitos positivos na função parental que, por sua vez promove o desenvolvimento da criança. Armstrong e colaboradores (2005), defendem o apoio social como um mecanismo protetor que, não conseguindo eliminar, tem a capacidade de filtrar ou diminuir o impacto causado por fatores de risco e consequentemente, pode afetar positivamente o bem-estar familiar, a qualidade da função parental e a resiliência da criança nos diversos contextos de vida.

Segundo as perspectivas de Alarcão (2006), Ferreira e Ferreira (2000) e Festas (2002), estes autores consideram que a família é o contexto basilar para o crescimento físico, psicológico e facilitador das aprendizagens da criança. Apresentando-se os pais como os primeiros agentes de socialização e a base da vida social (Alarcão, 2006). Assim como, são uma rede em que os indivíduos serão acolhidos, contidos e apoiados, ao longo da sua vida. Ferreira e Ferreira (2000) consideram, que no momento em que os sujeitos iniciam a sua escolaridade, os amigos começam a ganhar importância, sendo a escola o segundo contexto em termos de suporte social. No entanto, é ao alcançar a adolescência que os amigos se tornam uma peça essencial, chegando mesmo os adolescentes a despenderem mais tempo com os amigos, do que com a própria família. Contudo, embora os jovens dispensem a maior parte do seu tempo com os pares, quando existe confiança e uma boa relação com as figuras parentais, a relação com a família tende a manter-se (Valle, Bravo & López, 2010; Arlsan, 2009). Desta forma, Relvas (2000) e Vallejo-Nágera (2003) consideram o grupo de pares um espaço em que os adolescentes encontram suporte para as suas angústias e conflitos, especialmente quando a família é uma rede que se encontra sobrecarregada. Tendo a família um papel fundamental na socialização das crianças e adolescentes, surgindo como um fator influente para prevenção do envolvimento na delinquência (Oberwittler & Naplava, 2002).

Segundo os estudos desenvolvidos na área do apoio social, estes demonstraram que este tipo de apoio encontra-se intimamente relacionado com alterações comportamentais. Ou seja, o apoio social influencia quer de forma direta, quer de forma indireta o bem-estar da família e da criança. Bem como, o seu comportamento e o seu desenvolvimento (Dunst, 2000). O apoio social, o bem-estar e o funcionamento familiar

interferem com os estilos de interação parentais e conseqüentemente, todos estes irão influenciar o comportamento e desenvolvimento da criança (Serrano, 2007).

A literatura salienta ainda, que o suporte social está relacionado com o comportamento parental (Felizardo, 2015) e com a auto-eficácia parental. Segundo Ardel e Eccles (2001), estes referem que os progenitores com um sentimento de auto-eficácia parental elevado estão predispostos e motivados a desenvolverem estratégias eficazes de parentalidade, se acreditarem que possuem as competências necessárias para tal. Desta forma, aumentam a probabilidade dos seus filhos terem maior sucesso académico, social e psicológico. E conseqüentemente, reforça o seu sentimento de auto-eficácia parental. Por outro lado, mediante situações desafiadoras, os progenitores com baixa auto-eficácia parental desistem facilmente, o que pode confirmar crenças de baixa eficácia (Faria, 2015). Assim sendo, a perceção de suporte social e o sentimento de auto-eficácia atuam como fatores protetores contra o stress, potenciando nos progenitores um sentimento de maior controlo das situações. Desta forma, a auto-eficácia parental e o suporte social podem exercer influências significativas no desenvolvimento afetivo e cognitivo das crianças (Ardelt & Eccles, 2001).

Assim a parentalidade é influenciada não só pelos componentes socioculturais, mas também por crenças parentais. Onde o stress parental e o apoio social são fatores que influenciam significativamente a parentalidade. Assim como, as próprias experiências dos pais enquanto filhos (Mowder, Respler-Herman, Shamah & Yasik, 2012).

A qualidade das redes de suporte social dos pais reflete-se nas competências parentais. Assim como, a perceção de suporte social que os pais apresentam.

Como fatores que influenciam a parentalidade, o suporte social é um dos fatores protetores. Em que, estes mecanismos de proteção podem ser considerados como recursos pessoais ou sociais.

Objetivo

Este trabalho pretende contribuir para o aumento do conhecimento e da compreensão dos estilos parentais em famílias numerosas e não-numerosas, como forma de promover possíveis intervenções mais eficazes e orientadas para a especificidade desta temática.

Definindo como objetivo geral e orientador do estudo, compreender e caracterizar os estilos parentais e o suporte social em famílias numerosas e não numerosas.

Este estudo conta ainda, com objetivos específicos dos quais se pretende compreender e analisar os estilos parentais, compreender e analisar o suporte social e compreender e analisar as famílias numerosas e não numerosas.

Método

Neste capítulo serão apresentados os subtemas referentes à investigação. Como os participantes, os instrumentos e os procedimentos.

A presente investigação trata-se de um estudo com uma abordagem quantitativa, com o objetivo de compreender a relação entre as variáveis. Os estilos parentais e o suporte social, em famílias numerosas e não numerosas. O tratamento de dados passou por um processo quantitativo e de tipo transversal. Uma vez que, as medidas foram aplicadas aos participantes uma única vez. No presente estudo é apresentado um desenho transversal, exploratório, descritivo e correlacional. Visto que, se pretende confirmar os modelos teóricos, permitindo compreender um fenómeno ou explicar o que ocorre numa situação em específico (Almeida & Freire, 2008).

Participantes

A técnica de amostragem, consiste numa amostragem não probabilística e de conveniência. Em que os indivíduos foram selecionados de acordo com os critérios anteriormente definidos na investigação, não se tratando de critérios aleatórios (Almeida & Freire, 2008).

Para a seleção dos participantes foi utilizado o método de amostragem não probabilística, por conveniência. Os dados relativos à amostra foram obtidos a partir de um questionário sociodemográfico preenchido por cada um dos participantes.

A seleção dos participantes para o estudo foi realizada através dos seguintes critérios de inclusão e de exclusão. Como critérios de inclusão foram ponderados: os pais ou mães que tenham filhos com idades entre os 6 e os 16 anos; os filhos coabitarem com os pais; ter um filho ou dois filhos para ser considerada família não numerosa e ter três ou mais filhos para ser considerada uma família numerosa. Como critérios de

exclusão foram ponderados: os pais ou mães não terem filhos com idades compreendidas entre os 6 e os 16 anos; os filhos não coabitem com os pais; os protocolos cujo questionário sociodemográfico se encontre por preencher e protocolos cujas escalas se encontrem em branco.

A amostra integra uma réplica da população-alvo é o subconjunto de uma população ou de um grupo de indivíduos que fazem parte da mesma população. (Fortin, 2000).

A amostra deste estudo é constituída por casais com filhos, com idades entre os 6 e 16 anos de idade. A amostra total recolhida para a investigação composta por 1749 sujeitos (n=1749). Quanto à categoria de género a amostra integra no total 77,3% sujeitos do sexo feminino (n=1359) e 22,7% do sexo masculino (n=398). Relativamente à idade, verificou-se que os participantes deste estudo têm idades entre os 20 e os 80 anos (M=41,61) e DP= (5,71).

A sua dimensão envolveu no total 1404 famílias. Nas quais estão presentes dois grupos populacionais, 13,5% famílias numerosas (n=189) e 69,1% famílias não numerosas (n=1215). Verificando-se que não existe um equilíbrio entre o número de famílias numerosas e não numerosas. Sendo os segundos consideravelmente superiores aos primeiros.

Instrumentos

Utilizar o método mais apropriado que possibilite a recolha, o registo e a análise de informações válidas e fiáveis para que posteriormente, se possa responder às perguntas iniciais (Sarmiento, 2013).

Com o objetivo de analisar os estilos parentais e o suporte social em famílias numerosas e não numerosas, foi utilizada uma metodologia quantitativa. Uma vez que,

o tamanho da amostra era considerável (n=1749). Sendo também possível, através da análise dos dados estatísticos explorar as variáveis, com a finalidade de atingir os objetivos propostos da investigação.

O protocolo de investigação é composto por três instrumentos: o Questionário Sociodemográfico, o EMBU-P validada para a população portuguesa por Canavarro e Pereira (2007) e a Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS) desenvolvida e publicada por Pais-Ribeiro (1999). Com o objetivo de relacionar os estilos parentais e o suporte social, quer em famílias numerosas, quer em famílias não numerosas.

Este estudo engloba uma investigação de maior dimensão, Projeto do CLISSIS, na área da parentalidade e das competências parentais. Tendo como objetivo a exploração de variáveis, com influência ao nível das competências parentais. Particularmente os estilos parentais, a resiliência, o funcionamento da família, o suporte social, a saúde mental e a qualidade de vida dos filhos. Desta forma, o questionário utilizado para a recolha de dados foi construído em parceria com outros investigadores, no âmbito do projeto anteriormente referido. Sendo que, para este estudo em específico foram aplicados apenas os instrumentos mencionados.

Questionário Sociodemográfico

O questionário é um instrumento apropriado para uma recolha de dados que se pretende objetiva. Beneficia a aquisição de informação de um elevado número de indivíduos. Sendo os procedimentos simples de aplicar e permitindo as análises estatísticas para o estudo das respostas (Hill & Hill, 2009).

Inicialmente para este estudo foi utilizado o questionário sociodemográfico (Anexo C), que tem como finalidade a recolha de informação demográfica dos participantes. No sentido de obter mais conhecimento sobre as variáveis em estudo,

permitindo relacionar as variáveis e comparar os dados obtidos. Com a utilização deste questionário pretende-se recolher informação para a caracterização dos participantes e ainda, informação relativa às variáveis.

EMBU - P

A escala EMBU-P (EMBU Pais) trata-se da versão portuguesa da escala Egna Minnen Beträffande Uppfostran - Parents version, da autoria de Castro, Pablo, Gómez, Arrindell, & Toro (1997) (Anexo D). A versão portuguesa do EMBU-P foi validada para a população portuguesa por Canavarro e Pereira (2007), através de um estudo conduzido com 287 pais e 401 mães de 442 crianças com idades entre os 8 e os 11 anos, que frequentavam o 3º e 4º ano de escolaridade do ensino básico em escolas de diferentes áreas geográficas do país.

Este instrumento tem como objetivo avaliar os estilos parentais educativos, segundo a perceção dos progenitores. Esta escala é composta por 42 itens avaliados numa escala Likert, com 4 alternativas de resposta. Em que 1: não, nunca; 2: sim, às vezes; 3: sim, frequentemente; 4: sim, sempre. É também divididos em 3 dimensões: suporte emocional, rejeição e tentativa de controlo (Pereira, Barros & Beato, 2013).

Os 14 itens (1, 10, 16, 20, 21, 22, 27, 28, 30, 32, 36, 40, 41 e 42) que compõem a dimensão do suporte emocional, indicam a expressão verbal e física do suporte afetivo, a aceitação e a disponibilidade física e psicológica parental. Os 17 itens (2, 4, 5, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 25, 31, 33, 34, 35, 37 e 38) da dimensão rejeição, pretendem indicar agressão/hostilidade verbal e física e não aceitação da criança. Por fim, os 11 itens (3, 6, 7, 9, 15, 19, 23, 24, 26, 29 e 39) da dimensão tentativa de controlo, descrevem as ações e intenções dos pais direcionadas para o controlo do comportamento das crianças,

manifestações de exigências em relação aos filhos e preocupações com o bem-estar dos mesmos (Canavarro & Pereira, 2007).

A estrutura fatorial da versão portuguesa do EMBU-P foi determinada através da análise dos componentes principais, com rotação varimax e com a determinação prévia de 3 fatores, que juntos explicam 25,75% da variância (no caso das respostas da mãe) e 27,97% (no caso das respostas do pai). Os resultados foram relativamente superiores aos obtidos na validação do instrumento original feito por Castro *et al.* (1997). Os valores de alfa de Cronbach permaneceram semelhantes aos obtidos pelos mesmos autores, situando-se entre 0,71 e 0,82 (Canavarro & Pereira, 2007).

Satisfação com o Suporte Social – ESSS

A Escala de Satisfação com o Suporte Social (ESSS) foi desenvolvida e publicada por Pais-Ribeiro (1999), com o objetivo de avaliar a satisfação do suporte social (Anexo E). O Suporte Social pode ser definido pela presença ou disponibilidade de pessoas em quem se pode confiar, que demonstram preocupação para conosco, que nos valorizam e que gostam de nós. Sendo a perceção do suporte social, uma dimensão importante nos processos cognitivos e emocionais, ligados ao bem-estar e à qualidade de vida. Isto é, dispor de um bom suporte social significa ter pessoas que gostam de nós, que se preocupam conosco e que nos valorizam.

A escala é constituída por um conjunto de afirmações com 15 frases de autopreenchimento. Em que é solicitado ao participante para indicar o grau em que concorda/discorda com a afirmação. Sendo a escala apresentada sobre a forma de escala de Likert, composta por 5 posições: concordo totalmente, concordo na maior parte, não concordo nem discordo, discordo na maior parte e discordo totalmente. Esta escala permite obter 4 fatores ou dimensões: satisfação com amigos/amizades (SA), intimidade

(IN), satisfação com a família (SF) e atividades sociais (AS). A ESSS possibilita também, determinar um score global (ESSS), em que a percepção de maior satisfação com o suporte social corresponde as notas mais altas (Gaspar & Torres, 2015).

A primeira dimensão avalia a satisfação com as amizades (SA) que o sujeito possui, inclui os itens 1, 2, 3, 4 e 5 e apresenta uma consistência interna de 0,83. A segunda dimensão avalia a percepção do sujeito relativamente à existência de suporte social íntimo (IN), inclui os itens 6, 7, 8 e 9 e apresenta uma consistência interna de 0,74. A terceira dimensão avalia o nível de satisfação do sujeito, no que diz respeito ao seu suporte familiar (SF), inclui os itens 10, 11 e 12 e apresenta uma consistência interna de 0,74. Por fim, a quarta dimensão diz respeito à satisfação com as atividades sociais (AS) que o sujeito realiza, inclui os itens 13, 14 e 15 e apresenta uma consistência interna de 0,64 (Ribeiro, 1999).

Para a versão final desta escala, recorreu-se a um conjunto de medidas que espelham saúde, bem-estar ou mal-estar e/ou que se encontram associadas a essas variáveis. Foi realizada uma análise de componentes principais (ACP) e selecionados os itens com uma carga fatorial superior a 0,40. Preservando-se 15 dos 20 itens iniciais. A solução fatorial escolhida inclui 4 componentes que explicam 63,1% da variância total e a consistência interna, alfa de Cronbach, da escala total é de 0,85. “As escalas geradas empiricamente estão de acordo com os constructos para que os itens foram gerados e parecem medir os seguintes aspetos do suporte social” (Ribeiro, 1999) (satisfação com os amigos, intimidade, família e atividades sociais).

Procedimento

Tendo como intuito a recolha de dados, os questionários foram distribuídos por diversas escolas, centros de estudos e centros de atividades de tempos livres,

envolvendo alunos do 2º e 3º ciclo de escolaridade. Em alguns casos, foi possível a sua aplicação junto dos pais. Contudo, noutros casos, em que tal não era possível, os questionários foram deixados ao cuidado de outros responsáveis e recolhidos posteriormente.

Para este estudo era solicitado que cada participante assinasse o consentimento informado (Anexo A), de forma a clarificar questões de anonimato e confidencialidade. Juntamente com o consentimento informado, também se encontrava disponível um protocolo de instruções (Anexo B), com a finalidade de esclarecer os itens a preencher e a forma como estes deverão ser efetuados. No sentido de garantir o seu correto preenchimento. Todos os participantes foram informados relativamente ao objetivo do estudo e procederam ao preenchimento dos questionários de forma voluntária, individual e não obrigatória, com a possibilidade de recusar.

Os protocolos foram apresentados pela seguinte ordem: Questionário Sociodemográfico, EMBU-Pais e Escala de Satisfação com o Suporte Social, aos indivíduos que constituem a amostra em estudo. O preenchimento dos protocolos levou cerca de 30 minutos. Com a finalidade de manter a confidencialidade dos participantes foi atribuído um código a cada um dos questionários.

Após a recolha de todos os questionários, procedeu-se à sua numeração e inserção na base de dados, previamente construída. Onde foram sujeitos a análise estatística recorrendo ao SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 22 para o Windows (Statistical Package for the Social Sciences). Os dados foram organizados, de forma a permitir a sintetização da informação. Através do agrupamento dos mesmos em tabelas que auxiliam na identificação e a compreensão das relações entre as variáveis. Permitindo a análise descritiva dos mesmos.

Resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos neste estudo, utilizando o tratamento estatístico. Para tal, foi utilizado o software de análise estatística S.P.S.S. - Statistical Package for the Social Sciences. No capítulo seguinte serão discutidos os dados obtidos.

Tabela 1 - Caracterização da amostra

Variável		Frequência (n)	Percentagem (%)
Estatuto socioeconómico	Elevado/médio	552	50,7%
	Baixo	537	49,3%
Número de filhos	1 filho	222	30,0%
	2 filhos	410	55,3%
	3 filhos ou mais	109	14,7%
Área de residência	Rural	565	52,1%
	Urbano	520	47,9%
Estado civil	Solteiro	76	7%
	União de facto/casado	876	80,3%
	Separado/divorciado	139	12,7
Emprego	Por conta própria	178	16,4
	Por conta de outrem	803	74,1
	Desempregado/reformado	103	9,5
Escolaridade dos pais	Obrigatória	593	55,2%
	Formação superior	481	44,8%

Os dados apresentados foram obtidos a partir do questionário sociodemográfico preenchido por cada participante. A tabela 1 apresenta a caracterização da amostra, onde se pode verificar o seguinte: no que se refere ao estatuto socioeconómico verifica-se que

50,7% dos participantes possui um elevado/médio estatuto socioeconómico.

Relativamente ao número de filhos 55,3% dos participantes possui 2 filhos. No que se refere à área de residência 52,1% residem em áreas rurais. Relativamente ao estado civil 80,3% dos participantes encontra-se numa união de facto/casados. No que se refere ao emprego 74,1% dos participantes trabalham por conta de outrem. Relativamente à escolaridade dos pais 55,2% dos participantes possui a escolaridade obrigatória.

Tabela 2 - Distribuição das dimensões do EMBU-P

EMBU-P	M	DP
Suporte emocional	3,35	0,40
Rejeição	1,62	0,28
Tentativa de controlo	2,60	0,39

Na Tabela 2 verifica-se para a dimensão do suporte emocional tem uma média de respostas de 3,35 e o desvio padrão de 0,40. Na dimensão rejeição verifica-se que a média de respostas é de 1,62 e o desvio padrão de 0,28. Por fim, a dimensão tentativa de controlo tem uma média de 2,60 e desvio padrão de 0,39.

Desta forma, pode notar-se que os participantes tendem a apresentar níveis mais elevados na dimensão do suporte emocional e níveis mais baixos na dimensão da rejeição e tentativa de controlo. Apresentando uma tendência para respostas mais positivas na primeira dimensão e mais negativas nas restantes.

Assim, quanto mais elevado for o valor na dimensão suporte emocional, maior é o suporte dado aos filhos e quanto mais elevado for o valor na dimensão rejeição e tentativa de controlo, maior é a incidência de comportamentos de rejeição e de tentativa de controlo perante os seus filhos.

Tabela 3 - Distribuição das dimensões da ESSS

ESSS	M	DP
Satisfação com as amizades	3,64	0,68
Satisfação com a intimidade	3,82	0,80
Satisfação com o suporte familiar	3,93	0,73
Satisfação com as atividades sociais	2,98	0,85

Na Tabela 3 verifica-se que o nível médio de respostas dos participantes situa-se entre três e quatro.

Desta forma, verifica-se que os participantes apresentam uma boa perceção relativa ao suporte social nas dimensões da amizade, da intimidade e da família. Tendo a dimensão das atividades sociais registado um valor mais reduzido, comparativamente com os anteriores.

Tabela 4 - Correlações entre as variáveis da perceção do estilo parental e o suporte social

Variáveis	Suporte emocional	Rejeição	Tentativa de controlo	Satisfação com as amizades	Satisfação com a intimidade	Satisfação com o suporte familiar	Satisfação com as atividades sociais
Suporte emocional	-						
Rejeição	-0,224**	-					
Tentativa de controlo	0,247**	0,316**	-				
Satisfação com as amizades	0,219**	-0,138**	0,076**	-			
Satisfação com a intimidade	0,300**	-0,178**	-0,042	0,554**	-		
Satisfação com o suporte familiar	0,223**	-0,193**	0,060*	0,440**	0,351**	-	
Satisfação com as atividades sociais	0,171**	-0,161**	-0,030	0,461**	0,391**	0,203**	-

Nota: *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$.

Analisando a Tabela 4 podemos verificar que existem correlações entre as seguintes variáveis:

O suporte emocional tem uma relação negativa com a rejeição. Ou seja, quanto maior é o valor do suporte emocional, menor é o valor da rejeição. Desta forma, quanto maior é a percepção de suporte emocional dos pais, menor é a percepção de rejeição.

Verifica-se que o suporte emocional tem uma relação positiva com a tentativa de controlo, a satisfação com as amizades, a satisfação com a intimidade, a satisfação com o suporte familiar e a satisfação nas atividades sociais. Ou seja, quanto maior é o valor do suporte emocional, maiores serão os valores das restantes variáveis.

A rejeição apresenta uma relação positiva com a tentativa de controlo. Quanto maior a rejeição, maior é a tentativa de controlo.

Observa-se também, que a rejeição correlaciona-se negativamente com a satisfação com as amizades, a satisfação com a intimidade, a satisfação com o suporte familiar e a satisfação nas atividades sociais. O que significa que quanto maior é a rejeição, menor é a percepção de satisfação com as amizades, de satisfação com a intimidade, de satisfação com o suporte familiar e de satisfação nas atividades sociais.

A tentativa de controlo apresenta uma relação positiva com a satisfação com as amizades e a satisfação com o suporte familiar. Sendo a primeira mais alta que a segunda. Desta forma, quanto maior é a tentativa de controlo, maior é a percepção de satisfação com as amizades e de satisfação com o suporte familiar.

A satisfação com as amizades apresenta uma correlação positiva com a satisfação com a intimidade, a satisfação com o suporte familiar e a satisfação com as atividades sociais. O que demonstra que quanto maior é a satisfação com as amizades,

maior é a satisfação com a intimidade, a satisfação com o suporte familiar e a satisfação com as atividades sociais.

A satisfação com a intimidade apresenta uma relação positiva com a satisfação com o suporte familiar e a satisfação com as atividades sociais. Desta forma, quanto maior a percepção de satisfação com a intimidade, maior a satisfação com o suporte familiar e a satisfação com as atividades sociais.

Por fim, a satisfação com o suporte familiar relaciona-se positivamente com a satisfação nas atividades sociais. Desta forma, quanto maior a satisfação com o suporte familiar, maior a satisfação nas atividades sociais.

Tabela 5 - Análise descritiva em ambos os tipos de famílias

Variável	Famílias numerosas		Famílias não numerosas	
	Frequência (n)	Porcentagem (%)	Frequência (n)	Porcentagem (%)
Estatuto socioeconómico				
médio /elevado	33	30,6%	241	38,4%
baixo	75	69,4%	386	61,6%
Área de residência				
Rural	54	50,5%	312	49,8%
Urbano	53	49,5%	315	50,2%
Estado civil				
Solteiro	1	0,9%	48	7,6%
União de facto/casado	98	89,9%	503	80,1%
Separado/divorciado	10	9,2%	77	12,3%
Emprego				
Empregado	87	88,8%	570	91,8%
Desempregado	11	11,2%	51	8,2%
Escolaridade dos pais				
Obrigatória	67	65,7%	379	61,1%
Formação superior	35	34,3%	241	38,9%

A tabela 5 apresenta a análise descritiva em ambos os tipos de família, onde se pode verificar o seguinte: no que se refere ao estatuto socioeconómico verifica-se que 69,4% das famílias numerosas e 61,6% das famílias não numerosas, os participantes

possuem um baixo estatuto socioeconómico. Relativamente área de residência 50,5% das famílias numerosas residem em área rural e 50,2% das famílias não numerosas em área urbana. No que se refere ao estado civil 89,9% das famílias numerosas e 80,1% das famílias não numerosas, os participantes encontram-se numa união de facto/casados. Relativamente ao emprego 88,8% das famílias numerosas e 91,8% das famílias não numerosas, os participantes encontram-se empregados. No que se refere à escolaridade dos pais 65,7% das famílias numerosas e 61,1% das famílias não numerosas, os participantes possuem a escolaridade obrigatória.

Tabela 6 - Análise descritiva do EMBU-P

EMBU-P	Tipo de famílias	n	M	DP	Z
Suporte emocional	Famílias numerosas	1141	3,35	0,39	1,175 (n.s)
	Famílias não numerosas	172	3,31	0,44	
Rejeição	Famílias numerosas	1073	1,62	0,29	0,007 (n.s)
	Famílias não numerosas	153	1,62	0,29	
Tentativa de controlo	Famílias numerosas	172	2,62	0,40	0,002 (n.s)
	Famílias não numerosas	1128	2,63	0,38	

Na Tabela 6 apresenta-se a análise descritiva entre o EMBU-P e o tipo de famílias. Onde se pode verificar que a dimensão do suporte emocional não varia de acordo com o tipo de família. Sendo esta a dimensão mais referida pelos sujeitos da amostra em estudo. Não existindo diferenças estatisticamente significativas nas dimensões do EMBU-P.

Tabela 7 - Análise descritiva da ESSS

ESSS	Tipo de famílias	n	M	DP	Z
Satisfação com as amigas	Famílias numerosas	176	3,61	0,66	0,487 (n.s)
	Famílias não numerosas	1166	3,65	0,44	
Satisfação com a intimidade	Famílias numerosas	178	3,84	0,76	0,287 (n.s)
	Famílias não numerosas	1178	3,80	0,80	
Satisfação com o suporte familiar	Famílias numerosas	180	4,05	0,76	5,177*
	Famílias não numerosas	1167	3,91	0,73	
Satisfação com as atividades sociais	Famílias numerosas	179	3,06	0,83	1,551 (n.s)
	Famílias não numerosas	1168	2,97	8,85	

Na Tabela 7 apresenta-se a análise descritiva entre o ESSS e o tipo de famílias. Onde se pode verificar que a dimensão da satisfação com as amigas e a satisfação com a intimidade não variam de acordo com o tipo de família. Na dimensão da satisfação com o suporte familiar existem diferenças estatisticamente significativas ($p=0,023$).

Tabela 8 - Regressão linear das variáveis explicativas como predictoras do suporte emocional para famílias não numerosas

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
(constante)	2,855	0,156		18,356	0,001
Idade	-0,004	0,002	-0,053	-1,896	0,058
Género	-0,152	0,025	-0,168	-5,978	0,001
Rejeição	-0,383	0,041	-0,282	-9,350	0,001
Tentativa de controlo	0,317	0,030	0,313	10,453	0,001
Satisfação com as amizades	-0,018	0,021	-0,031	-0,834	0,405
Satisfação com a intimidade	0,120	0,017	0,244	7,226	0,001
Satisfação com o suporte familiar	0,031	0,017	0,057	1,809	0,071
Satisfação com as atividades sociais	0,037	0,015	0,081	2,555	0,011

Nota: *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Na tabela 8 verifica-se que o género ($B=-0,152$; $p=0,001$), a rejeição ($B=-0,383$; $p=0,001$), a tentativa de controlo ($B=0,317$; $p=0,001$), a satisfação com a intimidade ($B=0,120$; $p=0,001$) e a satisfação com as atividades sociais ($B=0,037$; $p=0,011$), são predictoras do suporte emocional em famílias não numerosas. Verifica-se também, pela análise da tabela, que o valor da rejeição ($B=-0,383$; $p=0,001$) é negativo, o que sugere que quanto maior é o suporte emocional, menor é a perceção de rejeição. No conjunto, o total das variáveis deste modelo explicam 28% da variância [$F=47,799(8,946)$, $p<0,001$].

Tabela 9 - Regressão linear das variáveis explicativas como predictoras do suporte emocional para famílias numerosas

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
	B	Erro padrão	Beta		
(constante)	2,366	0,516		4,585	0,001
Idade	-0,008	0,006	-0,103	-1,331	0,186
Género	-0,072	0,073	-0,075	-0,988	0,325
Rejeição	-0,336	0,127	-0,222	-2,643	0,009
Tentativa de controlo	0,518	0,088	0,470	5,888	0,001
Satisfação com as amizades	-0,083	0,068	-0,129	-1,214	0,227
Satisfação com a intimidade	0,185	0,055	0,336	3,346	0,001
Satisfação com o suporte familiar	0,062	0,050	0,113	1,254	0,212
Satisfação com as atividades sociais	-0,026	0,045	-0,049	-0,591	0,556

Nota: *** $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; * $p < 0,05$

Na tabela 9 verifica-se que a rejeição ($B=-0,336$; $p=0,009$), a tentativa de controlo ($B=0,518$; $p=0,001$), a satisfação com a intimidade ($B=0,120$; $p=0,001$) e a satisfação com a intimidade ($B=0,185$; $p=0,001$), são predictoras do suporte emocional em famílias numerosas. Verifica-se também, pela análise da tabela, que o valor da rejeição ($B=-0,336$; $p=0,009$), é negativo, o que sugere que quanto maior é o suporte emocional, menor é a perceção de rejeição. No conjunto, o total das variáveis deste modelo explicam 30% da variância [$F=8,035(8,125)$, $p<0,001$].

Discussão

O presente estudo teve como objetivo principal compreender e caracterizar os estilos parentais e o suporte social em famílias numerosas e não numerosas. Contou também como objetivos específicos, compreender e analisar os estilos parentais, compreender e analisar o suporte social e compreender e analisar as famílias numerosas e não numerosas.

Mediante os resultados apresentados e no contexto da amostra em estudo, segue-se a análise, a interpretação dos dados obtidos e a sua discussão no enquadramento teórico apresentado anteriormente.

Tendo em conta os resultados obtidos, pode considerar-se que foi possível avaliar as variáveis em estudo em ambos os sistemas familiares. Verificando-se que não existem diferenças, nas famílias numerosas e não numerosas, em termos de padrões de funcionamento familiar e parental. Entre os indivíduos que participaram no estudo, não existiam diferenças de médias entre os dois grupos. Assim como, no estatuto socioeconómico, no estado civil, no emprego e na escolaridade dos pais. Pelo que estas variáveis sociodemográficas não influenciaram os resultados obtidos.

Foi possível verificar que existe uma tendência para as famílias numerosas terem um maior suporte social. Estes resultados poderão ser explicados por fatores protetores ou estratégias utilizadas pelas famílias, que podem passar pela entajuda ou pela partilha. Visto que, nestas famílias existem mais filhos, a relação saudável e o envolvimento entre irmãos é um fator importante. Contribuindo desta forma para os resultados, fatores diferentes em ambas as famílias, que apesar de diferentes se equilibram desenvolvendo outras competências para o bem-estar e ajuda. Relativamente à vinculação entre irmãos, os irmãos mais velhos surgem como prestadores de cuidados

dos irmãos mais novos, particularmente em situações de stress ou de ausência da figura primária de vinculação, podendo tornar-se desta forma numa base segura. A vinculação segura resulta assim, numa relação positiva de confiança, de reciprocidade, de simetria e de cooperação (Kiang & Furman, 2007). Uma vez que, na literatura é referido que o cuidado entre irmãos, neste tipo de famílias, foi considerado um importante fator de proteção. Na sua generalidade, as crianças que tinham irmãos apresentaram um maior desenvolvimento emocional e social, particularmente quando falamos de empatia (Bolsoni, 2000).

De acordo com a literatura (Diana Baumrind, 1966), existem dimensões que se encontram na origem dos estilos parentais. Fazendo parte a dimensão do suporte emocional, da rejeição e a dimensão do controlo (Canavarro & Pereira, 2007).

No que diz respeito à perceção dos participantes relativamente aos seus estilos parentais e de acordo com as dimensões avaliadas pela escala EMBU-P (Canavarro & Pereira, 2007), verificou-se que os mesmos apresentavam níveis elevados na dimensão do suporte emocional, níveis moderados na tentativa de controlo e níveis baixos na dimensão da rejeição. Assim, relativamente à dimensão de suporte, a relação entre pais e filhos constitui um dos tipos de interação fundamental no sistema familiar, quer para a organização familiar quer para o desenvolvimento individual. Uma vez que, a família e os laços que unem os seus membros, integram elementos fundamentais de suporte e crescimento. Sendo esta um elo de ligação essencial e primário (Cruz, 2013).

Relativamente ainda, ao suporte emocional verificou-se também, a existência de uma relação negativa com a rejeição. O que significa que quanto maior é a perceção de suporte emocional por parte dos pais, menor é a perceção de rejeição. Em contrapartida,

a rejeição relaciona-se de forma positiva com a tentativa de controlo. Verificando-se que quanto maior é a rejeição, maior é a tentativa de controlo.

No que se refere à percepção de satisfação ao nível do suporte social, de acordo com as dimensões avaliadas pela ESSS (Ribeiro, 1999), verificou-se que os participantes apresentam uma boa percepção relativamente ao suporte social nas dimensões da amizade, da intimidade e da família. Contudo, pode observar-se que os resultados relativos à dimensão das atividades sociais são os mais baixos. As necessidades de suporte que os indivíduos apresentam, podem ser satisfeitas através das suas relações familiares, de amizade ou de intimidade. Segundo Treistman (2004) investigou que o suporte social percebido está positivamente relacionado com a satisfação com a vida em geral. Sendo este um conceito essencial para a compreensão mais abrangente das interações sociais no bem-estar e na saúde. Paralelamente, a satisfação com o suporte social, também aparenta estar relacionada com o relacionamento interpessoal (família, amigos e intimidade), tendo um papel determinante na resistência psicológica ao stress, manifestada através da percepção subjetiva de bem-estar. Neste sentido, os efeitos do suporte social levam a sentimentos de estima e pertença e a uma rede social com direitos e deveres comuns.

Na análise realizada entre os estilos parentais e o tipo de famílias, observou-se que a dimensão do suporte emocional, da rejeição e da tentativa de controlo não variam de acordo com o tipo de família. Apresentando uma tendência para a média.

Na análise realizada entre o suporte social e o tipo de famílias, observou-se que a dimensão da satisfação com as amizades e a satisfação com a intimidade não variam de acordo com o tipo de família. Apresentando também, uma tendência para a média.

A dimensão do suporte emocional tem uma correlação significativa positiva com todas as dimensões do suporte social. O que significa que quanto maior é suporte emocional, maior é a percepção de suporte social relativamente à amizade, à intimidade, à família e às atividades sociais. O suporte emocional representa a existência de pessoas nas quais se pode confiar, que demonstram preocupação e valorizam o indivíduo, aumentando a sua auto-estima. Tende a ser percebido como expressão de cuidado, apoio e preocupação do outro, baseando-se na disponibilidade para ouvir, conversar e transmitir confiança (Carvalho *et al.*, 2011; Siqueira, 2008; Helgeson, 2003).

Contrariamente na dimensão da rejeição pode observar-se uma correlação significativa negativa com todas as dimensões do suporte social. Ou seja, quanto mais baixo é o nível de satisfação com o suporte social, maiores são os níveis de rejeição. Segundo Armstrong, Birnie-Lefcovitch e Ungar (2005), verificaram que o apoio social tem efeitos positivos na função parental que, por sua vez promove o desenvolvimento da criança. Armstrong e colaboradores (2005), defendem o apoio social como um mecanismo protetor que, não conseguindo eliminar, tem a capacidade de filtrar ou diminuir o impacto causado por fatores de risco e conseqüentemente, pode afetar positivamente o bem-estar familiar, a qualidade da função parental e a resiliência da criança nos diversos contextos de vida.

Na dimensão tentativa de controlo verifica-se que o suporte social relativo à amizade e à família se correlacionam de forma significativa positiva, sendo o valor mais alto no primeiro do que no segundo. O que significa que quanto maior a satisfação com estas duas áreas do suporte social, maior é o grau de tentativa de controlo. As ações e intenções dos pais direcionadas para o controlo do comportamento das crianças,

manifestações de exigências em relação aos filhos e preocupações com o bem-estar dos mesmos (Canavarro & Pereira, 2007).

Este estudo contribuiu para um maior conhecimento no que diz respeito aos temas apresentados. Contudo, mediante os resultados obtidos serão referidas algumas sugestões no capítulo seguinte, com o intuito de obter uma interpretação mais abrangente.

Conclusão

A presente investigação tendo como ponto de partida a revisão de literatura permitiu retirar conclusões e conseqüentemente, possibilitou a reflexão sobre os estudos desenvolvidos por diversos autores.

Pretendeu-se com este projeto de investigação, contribuir para o desenvolvimento desta área científica e desta forma, colaborar para futuras investigações que possam ser aplicadas na prática clínica.

Este estudo teve como finalidade explorar o tema dos estilos parentais. Em que, através da realização da pesquisa bibliográfica, se verificou que existem fatores que podem influenciar os estilos parentais e conseqüentemente, o comportamento dos pais face aos filhos. Assim como, se verificou que as questões relacionadas com o suporte social, também aparentam ter um papel de relevância na vida dos indivíduos, quer a nível de bem-estar, quer a nível do comportamento parental.

Com o objetivo de investigar a relação entre as variáveis, realizou-se o presente estudo do qual foi possível recolher algumas conclusões. Como conclusão geral aponta-se a não existência de diferenças estatisticamente significativas entre ambos os sistemas familiares, relativamente às variáveis em estudo. Contudo, foi possível verificar que existe uma tendência para as famílias numerosas possuírem um maior suporte social.

Quanto a investigações no futuro é importante explorar o contexto dos padrões de funcionamento parental e familiar, nas famílias numerosas e nas famílias não numerosas, permitindo aumentar o conhecimento nesta área. Importa mencionar algumas sugestões. Entre as quais se encontram: alargar o estudo abordando diferenças a nível cultural, étnico e religioso. Assim como, reguladores do funcionamento familiar.

Incluir outros fatores relacionados com a parentalidade e/ou familiares, com a finalidade de obter resultados mais fiáveis relativamente às práticas internas das famílias. Analisar a influência das famílias na continuidade de padrões educativos. Bem como, a importância das alterações sociais no desaparecimento da transmissão intergeracional. Por fim, utilizar um instrumento que avalie a resiliência individual ou até mesmo familiar. Uma vez que, os indivíduos ao se adaptarem progressivamente às crises que vão aparecendo, vão também desenvolvendo competências, como forma de imunidade face a situações adversas.

Atendendo às sugestões apresentadas, verifica-se a necessidade da realização de mais investigação neste domínio. De forma a explorar e a compreender os padrões de funcionamento familiar.

Como limitações deste estudo encontrou-se a assimetria da amostra no que diz respeito ao género e ao número de participantes nas tipologias das famílias. No qual se verificou que o número de mulheres é consideravelmente superior ao número de homens. Assim como, o número de participantes das famílias não numerosas é superior ao número de participantes das famílias numerosas. Desta forma, seria relevante em estudos futuros, a recolha de uma amostra mais equilibrada ao nível do género dos participantes e mais equilibrada no número de famílias em cada uma das tipologias em estudo. Outra sugestão para futuras investigações, prende-se com a possibilidade de utilizar outros instrumentos de recolha de dados, como a metodologia qualitativa em grupos focais. Desta forma, aprofundar os resultados obtidos e explorar os fatores protetores presentes em cada uma das tipologias das famílias. Para além de que, em instrumentos de autorrelato pode estar presente a tendência para os participantes transmitirem uma imagem culturalmente aceite e de acordo com as normas sociais.

Com a realização deste estudo, espera-se ter contribuído para a continuação de estudos científicos neste domínio, permitindo o desenvolvimento desta área científica. Bem como, alertar para a necessidade de futuras investigações com o propósito de aplicar na prática clínica conhecimentos teóricos.

Referências Bibliográficas

- Ainsworth, M.D., & Wittig, B. (1969). Attachment, exploration, and separation: illustrated by the behavior of one-year-olds in a strange situation. In B.M. Foss (Ed.), *Determinants of infant behaviour* (Vol. 4, pp. 111-136). London: Methuen.
- Ainsworth, M.D., Blehar, M.D., Waters, E., & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Ainsworth, M.D.S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, *44*, 709-716. Recuperado de <http://parentalalienationresearch.com/PDF/1989ainsworth.pdf>
- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto.
- Alencar, F. & Frota, M. (2003). Análise de fatores socioeconômicos-culturais e ambientais relacionados com o déficit ponderal de crianças ao nascimento em 1999, em Manaus/AM, Brasil. *Acta Amazônica*, *33*(1), 33-39.
- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da investigação em psicologia e educação*. Recuperado de <http://baes.ua.pt/handle/10849/45>
- Angeles, L. (2010). Children and life satisfaction. *Journal of Happiness Studies*, *11*, 523-538.
- Antunes, C., & Fontaine, A.M. (2005). Percepção de apoio social na adolescência: análise fatorial confirmatória da escala Social Support Appraisals. *Paidéia, Ribeirão Preto*, *15*(32), 355-366. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v15n32/05.pdf>
- Ardelt, M., & Eccles, J. (2001). Effects of mothers' parental efficacy beliefs and promotive parenting strategies on inner-city youth. *Journal of Family Issues*,

- 22(8), 944-972. Recuperado de https://pdfs.semanticscholar.org/8a90/ce35cf09ac5a5d9dbecab73c479920daeebf.pdf?_ga=2.216448854.1936711908.1566926962-879262440.1565034630
- Armstrong, M.I., Birnie-Lefcovitch, S., & Ungar, M.T. (2005). Pathways between social support, family well being, quality of parenting, and child resilience: what we know. *Journal of Child and Family Studies*, 14(2), 269-281. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s10826-005-5054-4>
- Asberg, K.K. (2005). *Perceived stress, coping, and adequacy of social support: Implications for subjective well-being in college students* (Masters Thesis). University of Central Florida, Orlando, Florida. Recuperado de <http://purl.fcla.edu/fcla/etd/CFE0000882>
- Associação Portuguesa de Famílias Numerosas. (2019). *Associação Portuguesa de Famílias Numerosas*, Recuperado de <https://www.apfn.com.pt/>
- Aunola, K., Stattin, H., & Nurmi, J.E. (2000). Parenting styles and adolescent's achievement strategies. *Journal of Adolescence*, 23(2), 205-222. Recuperado de https://www.academia.edu/12628940/Parenting_styles_and_adolescents_achievement_strategies
- Barroso, M. (2008). Fratrias e género: contributos para uma análise sociológica das relações fraternais. *Família e Género*. Simpósio conduzido no VI Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907.

Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monograph*, 4(1), 1-103.

Belsky, J. (2005). Attachment theory and research in ecological perspectives: insights from the Pennsylvania infant and family developmental project and the NICHD study of early child care. In K.E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 71-97). New York: Guilford.

Blair, C., & Raver, C.C. (2010). Child development in the context of adversity. *American Psychologist*, 67(4), 309-318. Recuperado de https://steinhardt.nyu.edu/scmsAdmin/uploads/007/103/Blair%20%26%20Raver_2012.pdf

Bolsoni, A. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 227-235. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200004>

Bornstein, M. (2006). Parenting: science and practice. In W. Damon, K.A. Renninger, & I.E. Sigel (Eds.), *Handbook of child psychology. Child psychology in practice* (pp. 893-949). Hoboken, NJ: Wiley.

Bosma, H.A., & Gerlsma, C. (2003). From early attachment relations to the adolescent and adult organization of self. In J. Valsiner, & K. Connolly (Eds.), *Handbook of Developmental Psychology* (pp. 450-488). London: Sage.

Bowlby, J. (1940). The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character. *International Journal of Psychoanalysis*, 21, 1-25.

Bowlby, J. (1944). Forty-four juvenile thieves: Their characters and home life. *International Journal of Psychoanalysis*, 25, 19-53.

- Bowlby, J. (1973). *Attachment and loss: Separation*. London: Basic Books.
- Bowlby, J. (1982). *Attachment*. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (2002). *Apego: a natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. Robertson, J., & Rosenbluth, D. (1952). A two-years-old goes to hospital. *The Psychoanalytic Study of the Child*, 7, 82-94.
- Bretherton, I. (2005). The internal working model construct. In K.E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters, *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 13-47). New York: Guilford Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723-742. Recuperado de <https://pdfs.semanticscholar.org/1737/8413f37060b3b705b7158af59d61d3cb3385.pdf>
- Canavarro, M. & Pereira, A. (2007). A avaliação dos estilos parentais educativos na perspetiva dos pais: a versão portuguesa do EMBU-P. *Teoria, Investigação e Prática*, 2, 271-286.
- Carvalho, S., Pinto, J., Pimentel, P., Maia, D., & Mota, J. (2011). Características psicométricas da versão portuguesa da Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido (Multidimensional Scale of Perceived Social Support - MSPSS). *Psychologica*, 54, 309-358.
- Cassidy, J. (2000). The complexity of the caregiving system: a perspective from attachment theory. *Psychological Inquiry*, 11(2), 86-91.
- Cecconello, A.M., Antoni, C. & Koller, S.H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8, 45-54.

Recuperado de

https://www.academia.edu/1484015/Práticas_educativas_estilos_parentais_e_abuso_físico_no_contexto_familiar

Cervený, C.M.O. (2000). *A família como modelo: desconstruindo a patologia*.

Campinas, SP: Livro Pleno.

Conger, K.J., & Little, W.M. (2010). Sibling relationships during the transition to adulthood. *Child Development Perspectives*, 4(2), 87-94. Recuperado de

https://www.academia.edu/4212004/Sibling_Relationships_During_the_Transition_to_Adulthood_Young_Adult_Siblings

Conger, K.J., Stocker, C., & McGuire, S. (2009). Sibling socialization: the effects of stressful life events and experiences. In L. Kramer & K.J. Conger (Eds.),

Siblings as agents of socialization: new directions for child and adolescent development (pp. 45-60). San Francisco: Jossey-Bass.

Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

Cruz, O. (2013). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto.

Cummings, E., & Cummings, J. (2002). Parenting and attachment. In M. Bornstein

(Ed.), *Handbook of parenting: practical issues in parenting* (2nd, vol. 5, pp. 35-58). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.

Dessen, M.A., & Biasoli-Alves, Z.M.M. (2001). O estudo da família como base para a promoção da tolerância. In Z.M.M. Biasoli-Alves, & R. Fischmann (Eds.),

Crianças e adolescentes: construindo uma cultura da tolerância (pp. 183-193). São Paulo: EDUSP.

Dessen, M.A., & Ramos, P. (2010). Crianças pré-escolares e as suas concepções de

família. *Paidéia*, 20(47), 345-357.

- Dessen, M.A., & Silva Neto, N.A. (2000). Questões de família e desenvolvimento e a prática de pesquisa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16(3), 191-192. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722000000300001>
- Ducharne, M.B., & Guimarães, S.C. (2012). Impacto da qualidade da relação entre irmãos no ajustamento psicológico dos irmãos: estudo em família adotiva, convencional e acolhimento institucional. In *Actas do 12.º Colóquio Internacional de Psicologia e Educação: Educação, aprendizagem e desenvolvimento: Olhares contemporâneos através da investigação e da prática* (pp. 1008-1022). Porto: Universidade do Porto.
- Dunst, C.J. (2000). Revisiting “rethinking early intervention”. *Topics in Early Childhood Special Education*, 20, 95-104.
- Eckstein, K., Serek, J., & Noack, P. (2018). And what about siblings? a longitudinal analysis of sibling effects on youth’s intergroup attitudes. *Journal of Youth and Adolescence*, 47(1), 383–397.
- Eriksen, S., & Jensen, V. (2006). All in the family? family environment factors in sibling violence. *Journal of Family Violence*, 21(8), 497-507. Retirado de <https://www.deepdyve.com/lp/springer-journals/all-in-the-family-family-environment-factors-in-sibling-violence-W42FD9TLjq>
- Etzion-Carasso, A., & Oppenheim, D. (2000). Open mother pre-scholar communication: relations with early secure attachment. *Attachment & Human Development*, 2(3), 347-370. Recuperado de
- Faria, C., Fonseca, M., Lima, V.S., Soares, I., & Klein, J. (2009). Vinculação na idade Adulta. In I. Soares (Ed.), *Relações de Vinculação* (pp 121-158). Braga: Psiquilíbrios Edições.

- Faria, M. (2015). Crenças de autoeficácia parental e de eficácia coletiva da família de progenitores de adolescentes: mudança ou estabilidade? *Psicologia, Educação e Cultura*, 1(19), 130-142.
- Felizardo, S., & Ribeiro, E. (2015). Envolvimento parental e suporte social em contextos inclusivos. In J.A. Palhares & A.J. Afonso (Org.), *Atas do I Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação, II Encontro de Sociologia da Educação – O não formal e o informal em educação: Centralidades e periferias* (pp. 1453-1458). Braga: Editora Centro de Investigação em Educação. Universidade do Minho. ISBN: 978-989-8525-27-7.
- Fernandes, O.M. (2002). *Semelhanças e diferenças entre irmãos*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Fernandes, O.M. (2005). *Ser único ou ser irmão*. Dafundo: Oficina do Livro.
- Fernandes, O.M., Alarcão, M., & Raposo, J.V. (2007). Posição na fratria e personalidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 24(3), 297-304. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2007000300001>
- Ferreira, A.G. & Ferreira, J.A. (2000). Adolescência e o grupo de pares. In T. Medeiros (Ed.), *Adolescência* (pp. 48-77). Lisboa: Direção Regional da Educação.
- Festas, M.I.F. (2002). O papel da família e da escola na prevenção da delinquência e violência infantis. In A. Lúcio, T. Sá, M.J. Caetano, & M.I. Festas (Eds.), *Eu sou um cidadãozinho*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Fortin, M.F. (2000). *O processo de investigação: da concepção à realização* (2.^a ed.). Loures: Lusociência.

- Fraley, R.C. (2002). Introduction to the special issue: the psychodynamics of adult attachments – bridging the gap between disparate research traditions. *Attachment & Human Development*, 4(2), 131-132.
- Fuertes, M. (2012). Vários olhares sobre as diferenças na vinculação e contributos para a intervenção precoce. *Da investigação às Práticas*, 2(1), 23-50. Recuperado de <https://ojs.eselx.ipl.pt/index.php/invep/article/view/41/41>
- Fuligni, A.J., Eccles, J.S., Barber, B.L., & Clements, P. (2001). Early adolescent peer orientation and adjustment during high school. *Development Psychology*, 37(1), 28-36.
- George, C., Kaplan, N., & Main, M. (1985). *The adult attachment interview*. Berkeley: Department of Psychology, University of California. Recuperado de http://www.psychology.sunysb.edu/attachment/measures/content/aa_i_interview.pdf
- Goldsmid, R., & Féres-Carneiro, T. (2007). A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. *Psicologia em Revista*, 3(2), 293-308.
- Gomes, M.A., & Pereira, M.L.D. (2005). Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(2), 357-369.
- Groh, A.M., Roisman, G.I., van Ijzendoorn, M.H., Bakermans-Kranenburg, M.J., & Fearon, R. P. (2012). The significance of insecure and disorganized attachment for children's internalizing symptoms: a meta – analytic study. *Child development*, 83(2), 591-610.
- Guedeney, A. (2004). A teoria da vinculação: a história e as personagens. In A. Guedeney & N. Guedeney. *Vinculação: conceitos e aplicações*. (pp. 25 – 31). Lisboa: Climepsi Editores.

- Guedeney, N. & Guedeney, A. (2004). *Vinculação: conceitos e aplicações*. Lisboa. Climepsi Editores.
- Hashim, R., & Ahmad, H. (2016). Family environment, sibling relationship and rivalry towards quality of life. *Environment-Behaviour Proceedings Journal*, 1(3), 113-122. Recuperado de <https://ebpj.eiph.co.uk/index.php/EBProceedings/article/view/356/262>
- Helgeson, V.S. (2003). Social support and quality of life. *Quality of Life Research*, 12(1), 25-31. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1023509117524>
- Hill, M.M., & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Jenkins, J.M., Rasbash, J. & O'Conner, T.G. (2003). The role of the shared family context in differential parenting. *Development Psychology*, 39(1), 99-113. Recuperado de <https://pdfs.semanticscholar.org/95e5/240d865097395ffa47092fe73150d0fc2f4c.pdf>
- Kerka, S. (2000). *Parenting and career development*. *ERIC digest*. N° 214. Recuperado de <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED440251.pdf>
- Kiang, L., & Furman, W. (2007). Representations of attachment to parents in adolescent sibling pairs: Concordant or discordant? *New Directions for Child and Adolescent Development*, 2007(117), 73-89.
- Knight, K.H., Elfenbein, M.H., Capozzi, L., Eason, H.A., Bernardo, M.F., Fergus, K.S. (2000). Relationship of connected and separate knowing to parental style and birth order. *Sex Roles: A Journal of Research*, 43(3) 229-240. Recuperado de

https://docgo.net/detail-doc.html?utm_source=relationship-of-connected-and-separate-knowing-to-parental-style-and-birth-order

Kochanska, G. (2001). Emotional development in children with different attachment histories: the first three years. *Child Development*, 72(2), 474-490. Recuperado de http://local.psy.miami.edu/faculty/dmessaging/c_c/rsrscs/rdgs/attach/kochanska_CD_attach_emot.pdf

Levy, L., & Jonathan, E.G. (2010). Minha família é legal? A família no imaginário infantil. *Estudos de Psicologia*, 27(1), 49-56. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n1/v27n1a06.pdf>

Loeper, B. (2003). *Stress, social support and the nontraditional student: a qualitative study of the nontraditional student at St. Mary's College of Maryland* (Bachelor of Arts in Psychology). St. Mary's College of Maryland, St. Mary's City, Maryland. Recuperado de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.494.7421&rep=rep1&type=pdf>

Machado, M. (2012). Compreender a terapia familiar. *Psicologia.pt*. Recuperado de <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Resenha%20do%20texto.pdf>

Main, M., & Solomon, J. (1986). Discovery of a new insecure-disorganized/disoriented attachment pattern. In T.B. Brazelton & M. Yogman (Eds.), *Affective development in infancy* (pp. 95-124). Norwood, New Jersey: Ablex. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/253355881/Discovery-of-an-Insecure-Disorganized-Disoriented-Attachment-Pattern-Main-Solomon-1986>

- Martínez, I., & Navarro, R. (2008). The influence of parental child-rearing practices on Spanish adolescent values. *International Journal of Psychology*, 43(3-4), 56-56.
- Miller J.M., DiIorio C. & Dudley, W. (2002) Parenting style and adolescent's reaction to conflict: is there a relationship?. *Journal of Adolescent Health*, 31(6), 463-468. Recuperado de <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.859.5891&rep=rep1&type=pdf>
- Miocque, D. (2004). Aspectos transculturais do conceito de vinculação. In N. Guedeney e A. Guedeney (Eds.), *Vinculação – conceitos e aplicações* (pp. 63-69). Lisboa: Climepsi.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Vaughn, B., Santos, A.J., & Fernandes, M. (2008). Análise do fenómeno de base segura em contexto familiar: As relações criança/mãe e criança/pai. *Psicologia*, 22(1), 104-125.
- Morgado, A., Vale Dias, M.L. & Paixão, M.P. (2013). O desenvolvimento da socialização e o papel da família. *Análise Psicológica*, 31(2), 1-15.
- Morgan, J. (2002). Social support and human nature. In J.D. Morgan (Ed.), *Social support: a reflection of humanity*. New York: Baywood.
- Mowder, A., Respler-Herman, M., Shamah, R., & Yasik, A., (2012). Parenting beliefs, parental stress, and social support relationships. *J Child Fam Stud*, 21(2), 190-198.
- Oberwittler, D. & Naplava, T. (2002). Fatores familiares e delinquência juvenil – resultados da investigação sociológica na Alemanha. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família: uma abordagem científica* (pp.157-180). Coimbra: Livraria Almedina.

- Oliveira, E.A, Marin, A.H., Pires, F.B., Frizzo, G.B., Ravanello, T. & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15(1), 1-11. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a02v15n1.pdf>
- Pacheco, J., Silveira, L. & Schneider, A. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses constructos sob a perspectiva dos adolescentes. *PSICO*, 39(1), 66-73. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1480/2797>
- Parke, R., & Buriel, R. (2006) Socialization in the family: ethnic and ecological perspectives. In W. Damon, M. Lerner, & N. Eisenberg (Eds), *Handbook of child psychology: Social, emotional, and personality development* (6th ed., vol. 3, pp. 429-504). New York: Wiley.
- Patock-Peckham, J.A., Cheong, J., Balhorn, M.E. & Nagoshi, C.T. (2001). A social learning perspective: a model of parenting styles, self-regulation, perceived drinking control, and alcohol use and problems. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*, 25 (9), 1284-1292. Recuperado de https://www.academia.edu/16273126/A_Social_Learning_Perspective_A_Model_of_Parenting_Styles_Self-Regulation_Perceived_Drinking_Control_and_Alcohol_Use_and_Problems
- Quintin, P. E. (2001). Changements familiaux à long terme à la suite d'une intervention écosystémique. In J. Torrente (Ed.), *La maltraitance - Regars pluridisciplinaires* (pp. 191-214). Revigny-sur-Ornain: Hommes et Perspectives.

- Raboteg-Saric, Z., Rijavec, M., & Brajsa-Zganec, A. (2001). The relation of parental practices and self-conceptions to young adolescent problem behaviors and substance use. *Nordic Journal of Psychiatry*, 55(3), 203-209. Recuperado de <http://www.ffri.hr/~ibrdar/komunikacija/seminari/Raboteg,%202001%20-%20Parental%20practices%20and%20self-concepts.pdf>
- Rabouam, C. (2004). Avaliação da vinculação no bebé. In A. Guedeney & N. Guedeney (Eds.), *Vinculação: conceitos e aplicações*. (pp. 89 – 99). Lisboa: Climepsi Editores.
- Relvas, A.P. (2000). *O ciclo vital da família*. Porto: Afrontamentos.
- Relvas, A.P. (2006). *O ciclo vital da família: perspectiva sistémica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Relvas, A.P., & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra: Quarteto.
- Reppold, C.T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C.S. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In C.S. Hutz, *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e adolescência: aspetos teóricos e estratégias de intervenção* (pp. 9-51). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Ribeiro, J.L.P. (1999). Escala de satisfação com o suporte social (ESSS). *Análise Psicológica*, 3(17), 547-558.
- Riggio, H.R. (2000). Measuring attitudes toward adult sibling relationships: the Lifespan Sibling Relationship Scale. *Journal of Social and Personal Relationships*, 17(6), 707-728.

- Riggio, H.R. (2006). Structural features of sibling dyads and attitudes toward sibling relationships in young adulthood. *Journal of Family Issues*, 27(9), 1233-1254.
- Salvador, A.P.V. & Weber, L.N.D. (2005). Práticas educativas parentais: um estudo comparativo de interação familiar de dois adolescentes distintos. *Interação em Psicologia*, 9(2), 341-353. Recuperado de <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/viewFile/4782/3669>
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Editora Universidade Lusíada.
- Serrano, A. M. (2007). *Redes sociais de apoio e sua relevância para a intervenção precoce*. Porto: Porto Editora.
- Shields, A., Ryan, M.R., & Cicchetti, D. (2001). Narrative representations of caregivers and emotional dysregulation as predictors of maltreated children's rejection by peers. *Developmental Psychology*, 3, 321-337.
- Silveira, L.M.O.B. (2002). O relacionamento fraterno e suas características ao longo do ciclo vital. In A. Wagner (Ed.), *Família em cena: tramas, dramas e transformações* (pp. 93-112). Petrópolis: Vozes.
- Siqueira, M. (2008). Construção e validação da Escala de Percepção do Suporte Social. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 381-388. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a21v13n2>
- Slepoj, V. (2000). *As relações de família*. Lisboa: Editorial Presença.
- Soares, D. & Almeida, L. (2011). Percepção dos Estilos Educativos Parentais: sua variação ao longo da adolescência. *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, 4071-4083. Recuperado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/15346/1/Percepção%20dos>

%20estilos%20educativos%20parentais_sua%20variação%20ao%20longo%20da%20adolescência.pdf

Soares, I. (2001). Vinculação e cuidados maternos. Segurança, proteção e desenvolvimento da regulação emocional. In M.C. Canavarro (Ed.), *Psicologia da gravidez e da maternidade* (pp. 75-104). Coimbra: Quarteto Editora.

Soares, I. (2007). *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação*. Braga: Psiquilíbrios Edições.

Soares, I. (2009). Vinculação na infância. *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: teoria e avaliação* (pp. 48 – 98). Braga: Psiquilíbrios Edições.

Sroufe, L.A. (2005). Attachment and development: a prospective, longitudinal study from birth to adulthood. *Attachment & Human Development*, 7(4), 349-367.

Recuperado de

<https://pdfs.semanticscholar.org/b7dc/e072566de1b8c2d65acb863b4b49b970e67c.pdf>

Sroufe, L.A. (2002). From infant attachment to promotion of adolescent autonomy: prospective, longitudinal data on the role of parents in development'. In J.G. Borkowski, S.L. Ramey, & M. Bristol-Power (Eds.), *Parenting and the child's world: Influences on academic, intellectual, and socioemotional development* (pp. 187-202). Mahwah, NJ, US: Lawrence Erlbaum Associates Publishers.

Steinberg, L., Blatt-Eisengart, I., & Cauffman, E. (2006). Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful homes: a replication in a sample of serious juvenile offenders. *Journal of Research on Adolescence*, 16(1), 47-58. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2794135/>

Swanson, H.L. (2011). *Attachment security: the role of infant, maternal and contextual factors* (Unpublished PhD Thesis). Washington State University, USA.

Taanila, A., Ebeling, H., Kotimaa, A., Moilanen, I., & Järvelin, M. R. (2004). Is a large family a protective factor against behavioral and emotional problems at the age of the 8 years? *Family structure and children's behavior*, 93(4), 508-517.

Thompson, R. A. (2008). Early attachment and later development: Familiar questions, new answers. In J. Cassidy & P. R. Shaver, *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 348-365). New York: Guilford.

Tornarí, M. L. G., Vandemeulebroecke, L., & Colpin, H. (2001). *Pedagogia familiar*. Montevideo: Trilice.

Torres, N., Maia, J., Veríssimo, M., Fernandes, M., & Silva, F. (2012). Attachment security representations in institutionalized children and children living with their families: links to problem behavior. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 19(1), 25 –36. Recuperado de https://www.academia.edu/949205/Attachment_security_representations_in_institutionalized_children_and_children_living_with_their_families_links_to_problem_behaviour

Treistman, D.L. (2004). *Work–family conflict and life satisfaction in female graduate students: Testing mediating and moderating hypotheses*. University of Maryland, College Park, United States. Recuperado de <https://drum.lib.umd.edu/bitstream/handle/1903/1702/umi-umd-1521.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

- Valle, J., Bravo, A. & López, M. (2010). Parents and peers as providers of support in adolescent's social network: a developmental perspective. *Journal of Community Psychology, 38*(1), 16-27.
- Vallejo-Nágera, A. (2003). *Os adolescentes e os pais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Vaz Serra, A. (2007). *O stress na vida de todos os dias*. Coimbra, Portugal: Minerva.
- Verdugo, I.L., Álvarez-Dardet, S.M., Lara, B.L., García, L.J., García, M.V.H., & Hidalgo, J.S. (2007). Evaluación del apoyo social mediante la escala ASSIS: descripción y resultados en una muestra de madres en situación de riesgo psicosocial. *Intervención Psicosocial, 16*(3), 323-337. Recuperado de <https://idus.us.es/xmlui/handle/11441/30821>
- Veríssimo, M., Santos, A.J., & Fernandes, C. (2014). Associations between attachment security and social competence in preschool children. *Merrill-Palmer Quarterly, 1*, 80-99.
- Wagner, M.E., Shubert, H.J.P., & Schubert, D.S.P. (2001). Family size effects: a review. *The Journal of Genetic Psychology, 146*(1), 65-78.
- Weber, L., Biscaia, P., Paivei, C.A., & Galvão, A. (2002). A relação entre o estilo parental e o stress infantil. In Conselho Regional de Psicologia do Paraná (Org.), *Psicologia em Conexão - 40 anos de Profissão, X Encontro Paranaense de Psicologia*, Curitiba - PR: CRP.
- Weber, L., Brandenburg, O., & Viezzer, A. (2003). A relação entre o estilo parental e o optimismo da criança. *PSICO-USF, 8*(1), 71-79.
- Weber, L., Selig, G., Bernardi, M., & Salvador, A. (2006). A continuidade dos estilos parentais através das gerações - transmissão intergeracional de estilos parentais.

Cadernos de Psicologia e Educação Paideia, 16(35), 407-414. doi:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300011>

Weber, L., Viezzer A.P. & Brandenburg O.J. (2002). A relação entre o estilo parental e o otimismo da criança. In Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Resumos de Comunicação Científica, XXXII Reunião Anual de Psicologia* (p. 267). Florianópolis.

Weinfield, N.S., Sroufe, L.A., Egeland, B., & Carlson, E. (2008). Individual differences in infant-caregiver attachment: conceptual and empirical aspects of security. In J. Cassidy & P.R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: theory, research, and clinical applications* (pp. 78–101). New York: Guilford.

Zeanah, C., Berlin, L.J., & Boris, N.W. (2011). Practitioner review: clinical applications of attachment theory and research for infants and young children. *The Journal of Child Psychol and Psychiatry*, 52(8), 819-833. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3670111/>

ANEXOS

LISTA DE ANEXOS

- Anexo A** - Consentimento Informado
- Anexo B** - Protocolo de Instruções
- Anexo C** - Questionário Sociodemográfico
- Anexo D** - Escala EMBU - P
- Anexo E** - Escala de Satisfação com o Suporte Social – ESSS

ANEXO A

Consentimento Informado

Consentimento Informado

Famílias Numerosas e Não Numerosas: Estilos Parentais e Suporte Social

Eu, (nome completo)

compreendi a explicação que me foi fornecida relativa à minha participação na investigação, que se tenciona realizar, bem como do estudo em que será incluído. Foi-me dada a oportunidade de fazer perguntas, das quais obtive respostas satisfatórias. Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada era relativa aos objetivos e aos métodos. Além disso, foi-me declarado que tenho o direito de recusar a participação no estudo, sem que isso possa ter qualquer efeito que cause prejuízo pessoal. Foi-me também assegurado que os registos em suporte papel serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Desta forma, consinto participar no estudo em causa.

Data: ____/____/____

Assinatura:

ANEXO B

Protocolo de Instruções

Protocolo de Instruções

Famílias Numerosas e Não Numerosas: Estilos Parentais e Suporte Social

Os questionários que se seguem inserem-se numa investigação de mestrado sobre famílias numerosas e não numerosas, a decorrer na Universidade Lusíada de Lisboa, sob a orientação da Professora Doutora Tânia Gaspar Sintra dos Santos.

No âmbito desta investigação é necessária a recolha de dados através de questionários. A análise destes, vai permitir uma maior compreensão sobre os estilos parentais e o suporte social em famílias numerosas e não numerosas. Por isso, a sua colaboração é extremamente importante.

Os questionários são anónimos e todos os dados recolhidos são totalmente confidenciais. Os resultados não serão analisados individualmente, mas sim em termos gerais, conjuntamente com as respostas dos outros participantes.

Os questionários que irá encontrar, apresentam instruções de preenchimento. É muito importante que responda a todas as questões para que os dados possam ser corretamente analisados. Nestes, não há respostas certas ou erradas, o mais importante é a sua opinião. O seu preenchimento pode levar cerca de 30 minutos, recorde-se que estes questionários devem ser preenchidos individualmente.

Desde já agradecemos a sua disponibilidade em participar nesta investigação. Por favor, leia com atenção as questões e responda a todas elas.

ANEXO C

Questionário Sociodemográfico

Questionário Sociodemográfico

Pretendemos caracterizar e compreender os fatores parentais, tais como competências parentais, dinâmica familiar, resiliência e suporte social e como estes influenciam o bem-estar dos filhos dos 6 aos 16 anos de idade. Os dados recolhidos destinam-se a procedimentos meramente estatísticos, tendo em vista o alargamento dos conhecimentos nesta área, bem como, ponderar formas de intervenção adequadas às necessidades. Os dados serão recolhidos através do instrumento seguinte e tem um tempo aproximado de resposta de 30 minutos. A sua colaboração é fundamental. Sinta-se livre de aceitar ou recusar participar no estudo. Asseguramos que todos os dados por si fornecidos são confidenciais. Não existem respostas certas ou erradas, apenas lhe pedimos que responda a todas as questões apresentadas com a máxima sinceridade possível. Sempre que lhe surgirem dúvidas, poderá esclarecê-las junto da pessoa que está na sala a aplicar os questionários. Muito obrigada pela sua colaboração.

1. Idade _____

2. Estado Civil

Solteiro(a)	<input type="checkbox"/>
União de Facto	<input type="checkbox"/>
Casado(a)	<input type="checkbox"/>
Separado(a)	<input type="checkbox"/>
Divorciado(a)	<input type="checkbox"/>
Viúvo(a)	<input type="checkbox"/>

3. Género

Feminino	<input type="checkbox"/>
Masculino	<input type="checkbox"/>

4. Quantos filhos tem? _____

4.1. Idade(s) de cada filho(a) _____

5. Nível de escolaridade

Não sabe ler nem escrever	<input type="checkbox"/>
Não completou o Ensino Básico	<input type="checkbox"/>
Ensino Básico	<input type="checkbox"/>
1º Ciclo	<input type="checkbox"/>
2º Ciclo	<input type="checkbox"/>
3º Ciclo	<input type="checkbox"/>
Ensino Secundário	<input type="checkbox"/>
10º Ano	<input type="checkbox"/>
11º Ano	<input type="checkbox"/>
12º Ano	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>
Mestrado	<input type="checkbox"/>
Doutoramento	<input type="checkbox"/>

6. Área de residência

Aldeia	<input type="checkbox"/>
Vila	<input type="checkbox"/>
Cidade	<input type="checkbox"/>

7. Pessoa com quem coabita

Sozinho(a)	<input type="checkbox"/>
Cônjuge	<input type="checkbox"/>
Cônjuge e Filhos	<input type="checkbox"/>
Filhos	<input type="checkbox"/>
Outros parentes	<input type="checkbox"/>

8. Situação profissional

Empregado(a) por conta própria	<input type="checkbox"/>
Empregado(a) por conta de outrem	<input type="checkbox"/>
Desempregado(a)	<input type="checkbox"/>
Reformado(a)	<input type="checkbox"/>

Outra _____

9. Profissão _____

Dados do Agregado Familiar e do (s) Filho (s) com idades entre os 6 e os 16 anos (se tiver mais dos três filhos com estas idades responda em relação aos 3 mais velhos):

10. Escolaridade

	Filho1	Filho2	Filho3
1º ciclo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2º ciclo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3º ciclo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Secundário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Frequenta o ensino

	Filho1	Filho2	Filho3
Público	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Privado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IPSS	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12. O seu educando frequenta atividades extracurriculares?

	Filho1	Filho2	Filho3
Não			
Sim			

12.1. Quantas atividades extracurriculares tem?

	Filho1	Filho2	Filho3
1			
2 ou 3			
Mais de 4			

12.2. Quais? _____

12.3. Com que frequência?

	Filho1	Filho2	Filho3
0-1 p/ semana			
2-3 p/ semana			
4-6 p/ semana			
Mais de 7 p/ semana			

13. Pratica(m) modalidades desportivas regularmente?

	Filho1	Filho2	Filho3
Não			
Sim			

13.1. Número de vezes por semana

	Filho1	Filho2	Filho3
1 vez			
2 vezes			
Mais de 3 vezes			

13.2. Desportista(s) federado?

	Filho1	Filho2	Filho3
Não			
Sim			

14. O(s) seu(s) educando(s) frequenta(m) um Centro de Estudos ou ATL?

	Filho1	Filho2	Filho3
Não			
Sim			

Qual a razão? _____

15. Com que antecedência chega(m) o seu(s) filho(s) à escola antes da 1ª aula do dia?

	Filho1	Filho2	Filho3
15 min ou 1h certa			
30 min			
1h			

16. A que horas chega(m) geralmente a casa?

	Filho1	Filho2	Filho3
Antes das 17:30h			
Entre as 17:30h e as 19:30h			
Depois das 19:30h			

17. A que horas costuma deitar o seu(s) educando(s)?

	Filho1	Filho2	Filho3
Antes das 20:30h			
Entre as 20:30 e as 21:30h			
Depois das 22h			

Quem costuma deitar os educandos?

18. Como costuma(m) ocupar as suas noites?

	Filho1	Filho2	Filho3
Ler			
Ver televisão			
Sair			
Ouras			

Quais?

19. O(s) seu(s) filho(s) vive(m) consigo?

	Filho1	Filho2	Filho3
Não			
Sim			

Em caso negativo, há quantos anos é que não vive(m) com o(s) seu(s) filho(s)? _____

Escala EMBU – P

(Canavarro & Pereira, 2007) Versão portuguesa da escala Egna Minnen Beträffande Uppfostran - Parents version (de Castro, Pablo, Gómez, Arrindell, & Toro, 1997)

Mesmo que seja difícil explicar com exatidão como se relaciona ou se relacionou com os seus filhos, certamente tem uma ideia, mais ou menos precisa, de como o(s) tem educado e porque tem procedido dessa forma. Para responder a este questionário é muito importante que tente recordar as atitudes e comportamento que tem tido em relação ao(s) seu(s) filho(s). Como verá, cada pergunta pode ser respondida de diferentes maneiras. Deve escolher a resposta que melhor reflita o comportamento que tem ou teve para com o(s) seu(s) filho(s). Depois de ter escolhido a resposta mais apropriada ao seu caso, deverá preenchê-la com uma cruz. Como verá, algumas perguntas não podem ser respondidas se tem só um filho; nesse caso, deixe a resposta em branco.

	Não, nunca	Sim, às vezes	Sim, frequentemente	Sim, sempre
1. Demonstração ao(s) seu(s) filho(s), com palavras e gestos, que gosta deles(s)?				
2. Castiga o(s) seu(s) filho(s) mesmo no caso de pequenas faltas?				
3. Tenta influenciar o(s) seu(s) filho(s) para que ele(s) venha(m) a ser pessoa(s) bem colocada(s) na vida?				
4. Deseja que o(s) seu(s) filho(s) seja(m) diferente em algum aspeto?				
5. Acha que é demasiado severo(a) com o(s) seu(s) filho(s)?				

6. Decide como o seu(s) filho(s) deve(m) vestir-se/aspecto deve(m) ter?				
7. Proíbe o(s) seu(s) filho(s) de fazer coisas que outras crianças da idade dele(s) fazem por medo que lhe(s) aconteça algo de mal?				
8. Bate ou repreende o(s) seu(s) filho(s) em frente de outras pessoas?				
9. Preocupa-se em saber o que faz o(s) seu(s) filho(s) na sua ausência?				
10. Quando as coisas correm mal ao(s) seu(s) filho(s), tenta compreendê-lo(s) e animá-lo(s)?				
11. Impõe ao(s) seu(s) filho(s) mais castigos corporais do que ele(s) merece(m)?				
12. Aborrece-se com o(s) seu(s) filho(s) porque ele(s) não o (a) ajuda(m) nas tarefas de casa como gostaria?				
13. Quando acha que o(s) seu(s) filho(s) faz(em) algo mal, mostra-se de tal forma triste que o faz sentir-se culpado?				
14. Conta a outras pessoas o que o(s) seu(s) filho(s) faz(em) ou diz(em), envergonhando-o(s) com isso?				
15. Mostra interesse em que o(s) seu(s) filho(s) tire(m) boas notas?				
16. Ajuda o(s) seu(s) filho(s) quando ele(s) enfrenta(m) uma tarefa difícil?				
17. Diz ao(s) seu(s) filho(s) frases como estas: “ Com a tua idade não deverias comportar-te desta forma”?				
18. Fica triste por culpa do(s) seu(s) filho(s)?				

19. Tenta estimular o(s) seu(s) filho(s) para que ele seja o melhor?				
20. Demonstra ao(s) seu(s) filho(s) que está satisfeito com ele(s)?				
21. Confia no(s) seu(s) filho(s) de tal forma que o(s) deixa atuar sob a sua própria responsabilidade?				
22. Respeita as opiniões do(s) seu(s) filho(s)?				
23. Se o(s) seu(s) filho(s) tem pequenos segredos, pede insistentemente que lhos conte?				
24. Quer estar ao lado do(s) seu(s) filho(s)?				
25. Acha que é ‘forreta’ e ‘duro(a)’ para com o(s) seu(s) filho(s)?				
26. Quando regressa a casa, o(s) seu(s) filho(s) tem que dar lhe explicações sobre o que fez(em)?				
27. Tenta que a infância do(s) seu(s) filho(s) seja estimulante e atrativa? (por exemplo: dando-lhe(s) bons livros, encorajando-o(s) a em passeios e excursões, etc.)				
28. Elogia o comportamento do(s) seu(s) filho(s)?				
29. Diz ao(s) seu(s) filho(s) frases como estas: ‘É assim que nos agradeces todo o esforço que temos feito por ti e todos os sacrifícios que temos feito para o teu bem’?				
30. Quando o(s) seu(s) filho(s) está triste, pode procurar a sua ajuda e compreensão?				
31. Diz ao(s) seu(s) filho(s) que não está acordo com a forma de ele(s) se comportar(am) em casa?				

32. Interessa-se pelo tipo de amigos mais próximos do(s) seu(s) filho(s)?				
33. É brusco e pouco amável com o(s) seu(s) filho(s)?				
34. Castiga o(s) seu(s) filho(s) com dureza, inclusive por coisas que não têm importância?				
35. Acha que o(s) seu(s) filho(s) deseja(m) que se preocupe menos com as atividades dele(s)?				
36. Participa ativamente nos passatempos e diversões do(s) seu(s) filho(s)?				
37. Bate ao(s) seu(s) filho(s)?				
38. Coloca limitações estritas ao que o(s) seu(s) filho(s) pode(m) ou não fazer, obrigando-o(s) a respeitá-las rigorosamente?				
39. Tem um medo exagerado que aconteça alguma coisa ao(s) seu(s) filho(s)?				
40. Acha que há carinho e ternura entre si e o(s) seu(s) filho(s)?				
41. Fica orgulhoso(a) do(s) seu(s) filho(s) quando ele(s) consegue(m) atingir objetivo a que se propõe(m)?				
42. Manifesta ao(s) seu(s) filho(s) que está satisfeito com ele(s) através de expressões físicas carinhosas como dar lhe(s) palmadas nas costas, abraçá-lo(s), etc.?				

ANEXO E

Escala de Satisfação com o Suporte Social – ESSS

Escala de Satisfação com o Suporte Social – ESSS

(Pais-Ribeiro, 1999)

Pense nas suas relações com os outros (Assinale 1 resposta para cada linha).

	Concordo totalmente	Concordo bastante	Nem concordo nem discordo	Discordo bastante	Discordo totalmente
1. Os amigos não me procuram tantas vezes quantas eu gostava					
2. Estou satisfeito(a) com a quantidade de amigos que tenho					
3. Estou satisfeito(a) com a quantidade de tempo que passo com os meus amigos					
4. Estou satisfeito(a) com as atividades e coisas que faço com o meu grupo de amigos					
5. Estou satisfeito com o tipo de amigos que tenho					
6. Por vezes sinto-me só no mundo e sem apoio					
7. Quando preciso de desabafar com alguém encontro facilmente amigos com quem o fazer					
8. Mesmo em situações mais embaraçosas, se precisar de apoio de emergência tenho várias pessoas a quem posso recorrer					

9. Às vezes sinto falta de alguém verdadeiramente íntima que me compreenda e com quem possa desabafar sobre coisas íntimas					
10. Estou satisfeito com a forma como me relaciono com a família					
11. Estou satisfeito com a quantidade de tempo que passo com a minha família					
12. Estou satisfeito com o que faço em conjunto com a minha família					
13. Não saio com amigos tantas vezes quantas eu gostaria					
14. Sinto falta de atividades sociais que me satisfaçam					
15. Gostava de participar mais em atividades de organizações (clubes desportivos/recreativos, partidos políticos)					